

**UNIVERSIDADE DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL HABILITAÇÃO PRODUÇÃO
EDITORIAL**

**A CULTURA AFRO BRASILEIRA NOS LIVROS PARADIDÁTICOS EM
ESCOLAS DE SANTA MARIA - RS**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

TANIA AVILA

SANTA MARIA, RS

2015

TANIA AVILA

**A CULTURA AFRO BRASILEIRA NOS LIVROS PARADIDÁTICOS EM
ESCOLAS DE SANTA MARIA - RS**

Monografia apresentada à Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso, do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito para obtenção do Grau de Bacharel em Comunicação Social – Produção Editorial.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Nara Magalhães

Co- Orientadora: Camila Pereira (Mestranda POSCOM/UFSM)

SANTA MARIA, RS

2015

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Curso de Comunicação Social – Produção Editorial

A Comissão Examinadora abaixo assinada aprova a Monografia

**A CULTURA AFRO BRASILEIRA NOS LIVROS PARADIDÁTICOS EM
ESCOLAS DE SANTA MARIA - RS**

Elaborada por

TANIA AVILA

Comissão examinadora

Dr^a. Nara Magalhães(Orientadora)
(PosDoc PNPD/CAPES-POSCOM/UFSM)

Prof^a. Dr^a. Sandra Rubia da Silva
Prof^a. Dr^a. Depto. Comunicação e POSCOM/UFSM

Dr^a. Giane Vargas Escobar

Santa Maria, 18 de dezembro de 2015

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer em primeiro lugar a Deus por me dar força e persistência para a conclusão deste curso. Aos meus guias espirituais e principalmente a minha querida Mãe Vilma Santos Avila, a grande responsável pela minha vida, por nunca desistir de mim, por acreditar nos meus sonhos e nos meus objetivos, a ela dedico porque merece todo meu respeito e gratidão. A minha irmã Ana Cláudia que considero minha segunda mãe porque me ensinou a ler e a escrever quando eu tinha três anos de idade. Aos meus irmãos queridos. Ao meu querido pai Antonio Dirceu que antes de partir deste plano me disse que eu jamais deveria desistir do que acredito e do que desejo. A Professora Sandra Rubia por me incentivar a leitura e a pesquisa no momento que pensei em desistir. A minha orientadora Nara Magalhães e a co-orientadora Camila Pereira que foram muito atenciosas e grandes incentivadoras desta conclusão. A Márcia Madalena de Andrade Pereira por estar sempre ao meu lado em todas as horas e todos os dias dizer para mim que sou a pessoa mais importante de toda a sua vida e além dela. Aos professores do curso que torceram por mim, agradeço a todos com carinho, muito obrigada.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo constatar se em algumas escolas de Santa Maria RS está sendo aplicado o material paradidático sobre acultura afro a partir da Lei 10.639/2003: Dizeres e práticas; e como os alunos e professores estão encarando a aplicabilidade desse material mediador do processo de aquisição de conhecimento. Outro objetivo desta pesquisa é refletir sobre como o negro é representado no livro didático e no paradidático. E, como sua história e suas lutas são transmitidas nas escolas. Isso tudo porque ao longo do tempo os livros didáticos vem sofrendo modificações em relação a conteúdos e imagens sobre a cultura afro, graças a lei criada pelo professor e sociólogo Valter Silvério em 2008. A lei nº 10.639/03, que entrou em vigor depois de 116 anos da abolição da escravatura, veio com o objetivo de reparar a injustiça feita não apenas aos negros, mas a toda população, visto que a história esquecida ou deformada pertence a todos os brasileiros, sem discriminação de cor, sexo, gênero, etnia e religião. Para a realização deste projeto foram feitas visitas em quatro escolas da cidade de Santa Maria e também na Secretaria de Educação da cidade. O trabalho está dividido em três capítulos, dois teóricos, um metodológico e analítico.

Palavras-chave:

Cultura afro; Escola; Identidade negra; Livros; Material didático.

ABSTRACT

This paper aims to include in some schools of Santa Maria RS is being applied paradidactic material on the african culture from the Law 10.639 / 2003: Sayings and practices; and how students and teachers are facing the applicability of this material mediator of knowledge acquisition process. Another objective of this research is to reflect on how the black is represented in the textbook and paradidactic. And as their history and their struggles are transmitted in schools. All this because over time the textbooks has undergone changes regarding content and images about african culture, thanks to law created by the professor and sociologist ValterSilverio in 2008. The law 10.639 / 03, which came into force after 116 years of the abolition of slavery, came in order to repair the injustice done not only to blacks, but the entire population, as the forgotten or distorted history belongs to all Brazilians, without color discrimination, sex, gender, ethnicity and religion. To carry out this project were visits and interviews in four schools in Santa Maria and in the city's Department of Education. The work is divided into tree chapters, two theoretical, one methodological and analytical.

Keywords

African culture; School; Black identity; Books; Courseware.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -Lanceiros Negros.....	14
Figura 2 -Sistema escravista.....	16
Figura 3 -A história dos quilombos.....	18
Figura 4 -O samba nas plantações de açúcar.....	21
Figura 5 -Resistência negra ao trabalho escravo.....	24
Figura 6 – Dandara de Palmares	25
Figura 7 -Tabela de percentual de livros didáticos adquiridos pelo governo...	27
Figura 8 –História e cultura africana.....	29
Figura 9 –O transporte de negros.....	30
Figura 10 – Sujeito de sofrimento.....	31
Figura 11 –Zumbi dos Palmares	32
Figura 12 - Livro Sociedade em construção.....	33
Figura 13 - Museu Treze de Maio da Cidade de Santa Maria – RS.....	38
Figura 14 - Cia de Dança Afro Euwá Dandaras.....	40

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. A IDENTIDADE NEGRA, A CULTURA AFRO E O NEGRO PÓS REVOLUÇÃO FARROUPILHA	12
1.1 Identidade negra: A invisibilidade histórica e social.....	15
1.2 Resistência negra, cultura e o sujeito da atualidade.....	22
2. O LIVRO DIDÁTICO E A HISTÓRIA DO NEGRO NOS LIVROS	26
2.1 Outras Leis propostas pelo movimento negro.....	34
2.2 Estatuto da Igualdade racial e as cotas	42
3. METODOLOGIA E INTERPRETAÇÃO: AS ESCOLAS E O TRABALHO COM A CULTURA AFRO	
3.1 As Escolas Visitadas.....	43
3.2 Entrevistas em profundidade e abertas.....	46
3.3 O Livro como fonte do saber e sua determinada importância.....	48
3.4 Algumas interpretações.....	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	57
ANEXOS	
Anexo A - Livro Sociedade em construção Sumário parte I.....	59
Anexo B - Livro Sociedade em construção Sumário parte II.....	60
Anexo C - A Cultura negra e sua influência no Brasil.....	61
Anexo D - Manifestações artísticas.....	62
Anexo E - Personalidades negras.....	63
Anexo F - Quadro geral de comunidades remanescentes de quilombos.....	64
Anexo G - Estatuto da Igualdade Racial.....	65

APÊNDICES	66
------------------------	-----------

INTRODUÇÃO

O motivo pelo qual escolhi pesquisar sobre esse tema, a questão do negro nos livros didáticos e paradidáticos, é trazer uma visão crítica e reflexiva tanto para a academia quanto para a sociedade. Algumas pessoas podem pensar que trabalhar com essa temática não é importante, por entenderem que a desigualdade para com o negro já é um assunto superado. Existe uma parcela da sociedade que acredita que hoje não existe mais preconceito, que não deveríamos abordar um assunto que já está resolvido, mas isso não é verdade. Ainda não existe igualdade e é preciso sim, que exista uma lei que obrigue as escolas a estudar a cultura afro. A lei 10.639/2003: Dizeres e práticas, foi criada pelo professor e sociólogo Valter Silvério e entrou em vigor depois de 116 anos da abolição da escravatura. Ela foi pensada com o objetivo de implementar diretrizes curriculares nacionais da educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura Afro-Brasileira e Africana, com o intuito de reparar a injustiça feita não apenas aos negros, mas a toda população, visto que essa história invisível pertence a todos os brasileiros.

O quanto é difícil para os jovens negros entrarem para uma universidade pública, como a UFSM, muitas vezes por falta de incentivo familiar, informação, entre outros. No meu caso, entrei para universidade aos vinte e poucos anos, por falta de incentivo familiar e informação, porque em minha cidade, diziam que a UFSM era de um poder aquisitivo muito alto, e que não teria como uma negra cursar uma graduação em uma universidade pública, isso era motivo de piada e acredito que alguns negros passem ainda por isso. O Primeiro coletivo que conheci ao chegar em Santa Maria RS, foi o “AFRONTA¹”, criado em 2010, para propor melhorias nas Ações Afirmativas e valorizar a identidade negra, através de ações dentro e fora da UFSM

Por isso esse tema é de extrema importância, para compreender as contribuições dos negros para a construção deste país e ter conhecimento de que houve na história grandes personalidades negras. E, para entender como a história e as lutas do povo negro estão sendo transmitidas através dos livros didáticos e paradidáticos e como isso vem sendo trabalhado dentro de algumas

¹ Coletivo Afronta apresenta uma página na rede social *Facebook*. Disponível em: <<https://www.facebook.com/AFRONTA-178932532167323/?fref=ts>>

escolas escolhidas. Gostaria muito, particularmente, que essa pesquisa fosse de grande contribuição para a ampliação da lei 10.639/03 nas escolas de Santa Maria, Rio Grande do Sul.

O objetivo deste trabalho é fazer uma análise do livro paradidático. Observar e compreender como ocorre o processo de construção de identidade do negro abordado no livro, bem como compreender a forma de pensar e representar a cultura afro brasileira dentro das escolas escolhidas, e fazer uma reflexão sobre o livro paradidático. Outro grande objetivo do trabalho é trazer, como já havia dito anteriormente, uma reflexão, e, também por que não uma contribuição, através das observações feitas neste trabalho sobre a construção de identidade do negro nos livros paradidáticos nas redes escolares de ensino médio na cidade do interior do Rio Grande do Sul, e como esse objeto fornecido pelo MEC (Ministério da Educação) tem sido utilizado dentro da sala de aula pelos professores.

Os objetivos iniciais do trabalho tiveram que ser redirecionados, pois a intenção primeiramente era aplicar uma atividade aos alunos, por exemplo propor uma redação sobre como a história do negro vinha sendo vista e trabalhada dentro da sala de aula. Nesses primeiros contatos percebi que não seria possível realizar a atividade com os alunos, porque o livro que eu pensava ser trabalhado na sala de aula era um livro paradidático, que servia como apoio dos livros principais. Essa informação eu obtive durante uma visita em uma das escolas, pois não tinha conhecimento sobre os livros “paradidáticos”, apenas do didático. O livro que eu gostaria de pesquisar, o “Sociedade em Construção”, na verdade não era didático como eu havia pensado, era paradidático e por isso não era tão trabalhado pelos professores.

Chegando as escolas fiz alguns questionamentos como por exemplo, “como o livro Sociedade em Construção é utilizado dentro da sala de aula?”, mas a pergunta teve que ser reformulada para “Que livro está sendo trabalhado, quando e como?”.

O presente trabalho está dividido em três capítulos. Os dois primeiros são teóricos, o terceiro é metodológico e analítico. Primeiramente para escrever o capítulo um, sobre identidade negra e a invisibilidade histórica social, utilizo Vaz, Mendonça, Almeida (2002). O texto desses autores aborda muito sobre como o negro era representado antes de ser criada a Lei

10.639/03, nos livros didáticos, e sua história. Também usarei Leite (1996), que fala um pouco sobre os negros no sul do Brasil e sua invisibilidade social, quanto a questão de ser negro e ser gaúcho num território europeizado pelos habitantes principalmente de Santa Catarina.

Para falar sobre resistência negra, cultura e o sujeito da atualidade, ainda do primeiro capítulo, irei utilizar como referência Santos (2005). A dissertação de Santos fala sobre movimentos e lutas do povo negro brasileiro. Para falar sobre os lanceiros e a revolução farroupilha, trabalharei com a pesquisa de Salaini(2006) que aborda a construção de uma identidade negra e gaúcha através da ação da memória coletiva e do imaginário social, e as suas implicações do ponto de vista da identidade étnica.

No capítulo dois escrevo sobre o livro paradidático e a história do negro contada nos livros. Para pensar sobre a história do livro, utilizo um artigo de Bittencourt (2004), que fala sobre o surgimento do livro e como isso tudo aconteceu, em que contexto e suas consequências. Trago também Tavares (2007), que trata de falar sobre o surgimento do livro didático no Rio de Janeiro em meados do século XIX, e seu papel fundamental para formação de muitos alunos nas escolas do Brasil. Utilizarei também como referência estatutos como os da Igualdade racial e as cotas, a Lei 10.639 e outras leis propostas pelo movimento negro. Na verdade são cartilhas distribuídas tanto digitalmente como em modo impresso pelo MEC.

O terceiro capítulo deste trabalho é metodológico e analítico. Nele descrevo o campo desta pesquisa e como aconteceram as visitas às escolas. Como se deu a observação, a coleta de dados e as entrevistas em profundidade realizadas com os professores. Por fim, realizo a análise dos dados. Primeiramente a ida a 8ª coordenadoria regional de Educação da cidade de Santa Maria RS, depois o deslocamento até quatro escolas de zonas diferentes da cidade. Três das escolas visitadas estão localizadas no centro da cidade e a quarta na zona oeste de Santa Maria, essa quarta durante anos promove educação a comunidade. Os nomes verdadeiros das escolas e dos professores serão resguardados para preservar o anonimato dos entrevistados e assim concretizar o grande objetivo de analisar e compreender os métodos usados para o cumprimento da lei 10.639/03.

1. A IDENTIDADE NEGRA, A CULTURA AFRO E O NEGRO PÓS-REVOLUÇÃO FARROUPILHA

A história do negro brasileiro não teve início com o tráfico de escravos. É uma história bem mais antiga, anterior à escravidão nas Américas, à vida de cativo no Brasil. Trata-se de uma saga que se cruza com a aventura dos navegadores europeus, principalmente os portugueses, e com a formação do Brasil como país. Conhecer a história da África é fundamental para entender como foi possível que milhões de homens, mulheres e crianças fossem aprisionados e trazidos nos porões de navios destinados às Américas. Por isso, para compreendermos a trajetória dos negros brasileiros é preciso saber como e por que o continente africano se tornou o maior centro de dispersão populacional do mundo moderno (ALBUQUERQUE, FRAGA FILHO, 2006, p.14).

O negro, antes mesmo de vir a ser escravizado, tinha sua cultura e suas riquezas como qualquer outra nação. Ao chegar aqui no Brasil, o povo negro foi inferiorizado pelos colonizadores e tratado como animal, como se não tivesse alma, e durante muito tempo o negro foi humilhado, mas resistente. Sua invisibilidade na história do Brasil começa quando ele é abolido, no caso não houve uma orientação destinada a integrar os negros na sociedade. No sul do Brasil, há pouco tempo nos desfiles de 20 de setembro foi inserido “Os Lanceiros Negros”, porque antes não eram sequer citados no dia do Gaúcho. Mas isso começou a aparecer e se tornou realidade graças aos movimentos negros do sul que estão cada vez mais em busca pela identidade negra Rio-grandense.

A identidade negra teve avanço graças aos movimentos sociais negros que lutaram pelo seu espaço, pela democracia e pela integração junto à sociedade Brasileira. Os movimentos propuseram um “viés negro para negociar sua inclusão social e o acesso à cidadania através da construção de uma identidade étnica afro-referenciada” (CAMPOS, 2008, p.243). Quando se fala em afro-referenciada não é o mesmo que afrodescendente². Muito já foi

²“No livro culturas e imaginário: um ponto de vista negro” de Nelson Fernando Inocêncio da Silva, relata o seguinte, que a utilização de conceitos como ‘Afro-brasileiro’, ‘negro’ e

discutido pela sociedade sobre a criação de leis contra a discriminação racial no Brasil, país onde a contribuição do negro foi muito importante para seu desenvolvimento socioeconômico.

Falando em construção e identidade podemos citar a cultura afro como alicerce de sua representação. A cultura afro se destaca pela dança principalmente porque surgiu no Brasil no período colonial, trazida por africanos, e o estilo de dança foi registrado primeiramente na composição de religiões africanas que começou a se fortalecer em meados do século XIX, segundo as informações contidas no próprio livro paradigmático “Sociedade em construção”.

A religião afro é muito discriminada, como se fosse do mal. Falar que pertence a uma religião de matriz africana no passado e nos dias de hoje proporciona medo e desconfiança em grande parte da população.

A falta de conhecimento faz com que a intolerância religiosa se torne desrespeitosa e agressiva de certa forma como sacerdote ou apreciador da religião.

Segundo Oliven (1996) no Rio Grande do Sul, apesar na população existir muitos descendentes de italianos e alemães, a participação do negro foi invisível devido à questão de branqueamento do país. Essa estratégia deu certo principalmente em outra região do sul do Brasil, no estado de Santa Catarina. O negro era conhecido como cativo nas estâncias, charqueadas e lidas campeiras a cavalo. Em meados do século XVIII a carne passou a ser valorizada tornando-se a principal fonte geradora de lucro no Sul do Brasil. Esse desenvolvimento do charque efetivou-se em consequência das secas que atingiram o nordeste do Brasil três anos consecutivos. Dessa forma o charque rio-grandense passou a substituir a carne nordestina na alimentação, sobretudo dos trabalhadores escravizados, do complexo açucareiro e de outros setores produtivos. Portanto o português e o luso-brasileiro não se mantinham sem

‘afrodescendente’ não significa simplesmente alusão às concepções afins, embora saiba das vinculações, estabelecidas entre elas e de seus usos cada vez mais assíduos os quais a tornam inevitavelmente muito próximas. O termo ‘Negro’ é uma das mais conhecidas concepções ocidentais para distinguir africanos de europeus.’ Afro-brasileiro’ o termo serviu de referência aos primeiros estudos sobre as contribuições de africanos e seus descendentes à cultura brasileira. ‘Afrodescendente” a África como berço da humanidade.

escravos, pois, com a industrialização da carne introduzida pelas charqueadas, aumentou a necessidade de braços escravos.

O negro se tornou operário de quase tudo. Na agricultura, desde a abertura de estradas até a derrubada de matas e os serviços mais pesados; nas charqueadas, desde a construção dos alicerces dos edifícios até o condicionamento do charque para exportação. Ele era o pedreiro, o carpinteiro, o matador dos animais, o salgador, o curtidor. Além disso, nas fazendas, cabia ao negro todo o cuidado doméstico.

Mas, realmente o que torno a dizer é que durante muito tempo o povo negro foi esquecido e Salaini(2006) em sua dissertação cita que:

Apesar de serem omitidos por grande parte da historiografia tradicional, os negros tiveram participação fundamental junto às forças rebeldes republicanas que lutaram contra o império. Eles teriam composto, durante a Revolução Farroupilha, de um terço à metade do exército republicano e, foram integrados ao exército farrapo em duas divisões: a cavalaria e a infantaria, criadas, respectivamente, em 12/09/1836 e 31/08/1838, sendo denominadas “Corpos de Lanceiros Negros” (LEITMAN, 1997 *apud* SALAINI, 2006).



Figura 1 - Lanceiros Negros
Fonte: www.ahimtb.org.br

Mesmo no período pós-revolução farroupilha o negro continuou a ser escravo, pois haviam sido traídos e com isso o Rio Grande do Sul foi o último estado a abolir a escravatura, porque ainda tinham escravos nas estâncias.

Atualmente, vivemos num período promissor em termos de pesquisas em torno das temáticas da escravidão e da pós-abolição. As barreiras teóricas e metodológicas entre os estudos do trabalho escravo e do trabalho livre têm buscado explicitar diferenciações intensas entre os trabalhadores e as ocupações disponíveis aos livres e libertos. Os temas da escravidão e da liberdade não se limitam à datação de 13 de maio, como fronteira que separava os historiadores, mas buscam definir novas formas de inserção social por meio de clubes bailantes, associações culturais e imprensa, e da atuação de indivíduos, homens e mulheres, que reivindicaram e conquistaram direitos e territórios ao longo de toda a história do Rio Grande do Sul (WEIMER, 2014 apud SALAINI 2006).

Em se falando em inserção social por meio de clubes sociais negros em Santa Maria no estado do Rio Grande do Sul. A cidade possui um clube social negro popularmente conhecido como Clube Treze de Maio³ e atualmente mais conhecido como “Museu treze de maio”. Criado em 1903 por ferroviários negros que é atualmente intitulado Movimento Clubista Negro. No local acontecem oficinas de dança afro, capoeira, percussão, samba, encontros da juventude negra e do grupo vocal de mulheres negras, trabalhando com a autoestima e auto imagem positivas de homens, mulheres e crianças negras. Este é um dos lugares onde o Movimento Negro se encontra, bem como os alunos da Universidade Federal de Santa Maria, do Centro Universitário Franciscano e da Fames, que realizam lá seus estágios acadêmicos, cuidando e preservando com a comunidade o acervo do Museu Comunitário Treze de Maio.

1.1 Identidade negra: A invisibilidade histórica e social

Na história o negro ao longo de sua trajetória vem sendo inferiorizado dentro da sociedade, em seus mais diversos contextos: como por exemplo, comportamentos “diretos e verbais”, como insultos e apelidos. Há muitas distorções e imagens negativas sobre africanos, afrodescendentes e negros,

³O museu se encontra na Rua Silva Jardim, 1407, quase esquina com a Serafim Valandro, na cidade de Santa Maria – RS. Site disponível em: <<http://museutrezedemaio.com.br/>>

que, com isso acabam atingindo os seus referenciais identitários e as possibilidades de construção e exercício da cidadania.



Figura 2 - Sistema escravista

Fonte: http://www.usp.br/cje/jorwiki/exibir.php?id_texto=95

Santos (2012) em seu artigo relata que é possível afirmar que diferenças de base étnica sempre existiram se entendermos etnia ou etnicidade como um conjunto de crenças religiosas, práticas culturais, línguas e representações de mundo partilhadas por um determinado grupo. Portanto, em uma primeira acepção, podemos dizer que uma identidade étnica está ligada à cultura de um povo. Por sua vez, a cultura de um povo ou o conjunto de suas práticas culturais constitui parte substantiva daquilo que chamamos de identidade.

Como o objeto de estudo deste trabalho é o livro paradidático aplicado nas escolas de ensino fundamental e médio, e nele há assuntos sobre a história do negro e suas lutas, além de personalidades encontradas no livro que tornam a figura do negro mais visível dentro da sala de aula, queremos compreender se o uso de livros paradidáticos sobre o negro contribui ou não para a valorização de sua cultura.

A invisibilidade do negro inicia-se após o abolicionismo onde passou a ser lembrado como escravo de períodos anteriores e que teria desaparecido com a chegada do imigrante que seria o novo trabalhador brasileiro. Por ser considerado um grupo minoritário, sua chegada foi como escravo e era dessa forma que era lembrado e é até hoje por algumas pessoas. Os personagens negros que contribuíram para a história do Brasil foram totalmente esquecidos, o único lembrado até hoje é o Zumbi dos Palmares, devido a sua liderança no

Quilombo⁴. O Quilombo dos Palmares⁵, segundo o livro paradigmático *Sociedade em Construção*, foi a maior comunidade de escravos fugidos que existiu no Brasil. Palmares ficava na Serra da Barriga, atual Estado de Alagoas e chegou a reunir cerca de 30 mil pessoas. Era uma região montanhosa de difícil acesso e densa floresta que encobria os mocambos. Recebeu esse nome devido à grande quantidade de palmeira pindoba encontrada na região. O Quilombo dos Palmares começou a ser formado no final de 1590 e resistiu aos ataques dos holandeses, luso-brasileiros e bandeirantes paulistas até 1694, quando foi destruído.

O Rio Grande do Sul também abrigou quilombos rurais cujos integrantes, em geral, garantiam o seu sustento por meio da caça, da coleta, da pesca e da pequena agricultura. Em alguns casos, eles também obtinham outros produtos como sal, pólvora, fumo e chumbo, por meio da troca ou da rapinagem. Foi o caso do quilombo de Preta Vitória, em Rio Pardo. Esses quilombos eram geralmente mais estáveis do que as formações urbanas, pois tinham mais facilidade de passar despercebidos pelos capitães-do-mato, responsáveis por destruir tais agrupamentos (MAESTRI, 2005, p. 324).

A Comunidade Arnesto Penna Carneiro⁶ hoje é conhecida e reconhecida como “Comunidade Negra” e como “Comunidade Quilombola”, pelos mais diversos agentes externos, entre eles está a Prefeitura de Santa Maria, Movimento Negro de Santa Maria, Imprensa local e pela Fundação Cultural Palmares.

⁴A Presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei que dificulta o fechamento das escolas rurais, indígenas e quilombolas. A Lei 12.960, do dia 27 de março de 2015, altera a Lei de diretrizes e bases da Educação (LDB) para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo.

⁵ Texto publicado no site do Brasil Cultura em 31/11/2009. Disponível em: <<http://www.brasilcultura.com.br/cultura/quilombo-dos-palmares-historia/>>

⁶A família do ex-escravo, Ernesto Carneiro Penna - e, não Arnesto Penna Carneiro como reconhecido pelos órgãos públicos, herdou suas terras em virtude da gratidão de seu senhor, ou ainda por um sentimento de reparação para com seus escravos. Assim, a Comunidade Quilombola Arnesto Penna Carneiro é designada como um conjunto de famílias negras aparentadas entre si que residem em uma área recebida de seus antepassados, situada no 8º distrito de Santa Maria/RS, conhecido como distrito da Palma. Entretanto a história da Comunidade Arnesto Penna Carneiro, inicia-se com a família Penna no início do Século XIX.



*Figura 3- A história dos quilombos
Fonte:conscienciapura.zip.net*

Outras comunidades quilombolas rurais no estado do Rio Grande do Sul, estão localizadas no litoral (municípios de São José do Norte, Mostardas, Tavares e Palmares do Sul); na região central (municípios de Restinga Seca, Formigueiro⁷ e entorno); e na Serra do Sudeste, a oeste da Laguna dos Patos. A região metropolitana de Porto Alegre abriga pelo menos seis quilombos urbanos. A Federação das Associações das Comunidades Quilombolas⁸ do Rio Grande do Sul informa que existem mais de 130 comunidades quilombolas em território gaúcho. O Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos do governo federal já registrava, em dezembro de 2007, a existência de 35 comunidades no estado.

Com relação a isso, Santos (2005) em seu artigo ressalta que uma nova negritude renova-se nas práticas políticas, sociais, educacionais e, especialmente culturais dos negros em todo o país, como a exemplo dos jovens pertencentes ao movimento hip hop. Estudantes universitários beneficiários ou não de programas de cotas raciais vocalizam de maneira vibrante sua vinculação com essa negritude e cada vez mais vínculos são feitos entre os movimentos negros do Brasil e de outros países da América

⁷Comunidades quilombolas de Formigueiro recebem recursos da SDR, notícia disponível no site: <http://www.sdr.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=2&cod_conteudo=5060>

⁸Comunidades Quilombolas do estado do Rio Grande do Sul, notícia disponível no site: <http://www.cpis.org.br/comunidades/html/i_brasil_rs.html>

Latina. Tal vínculo fez surgir o termo afrodescendente no cenário latino-americano dos últimos anos.

Karina Baptista (2002) em sua dissertação busca o entendimento da questão da formação da identidade racial entre a população afro-brasileira, abordando, por um lado, a questão do papel da memória do cativo presente em depoimentos de pessoas oriundas do mundo rural do Sudeste/Sul e herdeiros da memória dos últimos escravos brasileiros; e, por outro lado, a afirmação dessa identidade no seio do Movimento Negro brasileiro contemporâneo, mais especificamente através da análise da formação de organizações negras no Rio de Janeiro dos anos 1970 e do surgimento de uma intelectualidade ligada a esse movimento.

Baptista (2002) relata em sua dissertação que “Ser negro” é, então, ter autoestima e consciência racial para lutar contra o racismo na sociedade brasileira. É um processo de afirmação da identidade racial e construção de uma identidade política. Vem daí as diferenças de perfil das instituições afro-brasileiras: as mais centradas nas atividades culturais buscariam trabalhar a autoestima, componente essencial para a solidificação de uma identidade racial positiva; já as instituições mais explicitamente políticas, atuariam na luta contra o racismo e as desigualdades sócio-econômicas, trabalhando a identidade política do movimento.

A cultura afro ao longo dos tempos vem tomando seu espaço graças a esses movimentos que lutam contra a invisibilidade tanto na história quanto na vida cotidiana. Para Motta (2002), existem três paradigmas nos estudos das relações raciais no Brasil. O primeiro refere-se ao trabalho de Gilberto Freyre que atribui o caráter meta-racial à sociedade brasileira. De acordo com o seu pensamento as identidades raciais teriam importância limitada na atribuição de papéis e de status, e tenderiam a ser englobadas e confundidas em termos como moreno ou nem preto, nem branco. A confusão de identidades raciais que constitui a essência do primeiro paradigma, podendo ser denominado paradigma da morenidade. O segundo, paradigma de Florestan Fernandes é de que o preconceito de raça é ilusório, uma vez que, bem examinado, reduz-se a um simples preconceito de classe, ou melhor, à sobrevivência de ideologias ou atitudes que, no passado, decorreram de relações de classe e subsistem no presente por força de certa inércia cultural. E o terceiro, ao de

Carlos de Hasenbalg, que é de que a discriminação e o preconceito raciais não são mantidos intactos após a abolição mas, pelo contrário, adquirem novos significados e funções dentro das novas estruturas. Acrescentamos ainda um quarto paradigma que é o dos Movimentos Negros, os quais constituem um conjunto de grupos que atuaram no nosso país, em diferentes tempos e espaços, no sentido de combater o preconceito e lutar contra as péssimas condições de vida do negro em nossa sociedade(MOTTA, 1999, p. 08 -16).

A cultura afro-brasileira é uma das que mais se destacam no cenário do sincretismo religioso no Brasil. A música e a dança dos descendentes africanos são exemplos vivos do que é o patrimônio cultural do continente negro amadurecido ao longo do milênio. Uma história antiga e valiosa pode ser contada através da música, da dança, do teatro, do artesanato, da indumentária e das tradições.

O surgimento da capoeira, por exemplo, que faz parte da cultura, era uma espécie de luta que os escravos disfarçavam em forma de dança para poderem praticá-la sem problemas, e assim estariam preparados para futuras fugas. Outra afirmação diz que a Capoeira é de origem Africana, pois existe um ritual praticado pelos jovens guerreiros Mucupes, do sul de Angola, durante a Efundula (quando as meninas passam a condição de mulher), realizavam a dança das zebras⁹com o nome de N'golo. O guerreiro que mais se destacasse poderia escolher sua noiva sem precisar pagar o dote ao pai dela.

Já em sua culinária o negro introduziu na cozinha o leite de coco-da-baía, o azeite de dendê, confirmou a excelência da pimenta malagueta sobre a do reino, deu ao Brasil o feijão preto, o quiabo, ensinou a fazer vatapá, caruru, mungunzá, acarajé, angu e pamonha. A cozinha negra, pequena, mas forte, fez valer os seus temperos, os verdes, a sua maneira de cozinhar. Modificou os pratos portugueses, substituindo ingredientes; fez a mesma coisa com os pratos da terra; e finalmente criou a cozinha brasileira, descobrindo o chuchu

⁹ A Dança da zebra ou N'Golo de origem do povo "Mucope" do sul da Angola, que ocorria durante a "Efundula" (festa da puberdade), onde os adolescentes formam uma roda; com uma dupla ao cetro desferindo coices e cabeçadas um no outro, até que um era derrubado no solo, essa luta é oriunda das observações dos negros, dos machos das zebras nas disputas das fêmeas, no período do cio, onde os machos lutam com mordidas, cabeçadas e coices. Fonte de Notícia disponível no site Capoeira Berim Brasil Internacional. Disponível em:<<http://berimbrasil.com.br/site/ngolo-ou-danca-da-zebra/>>

com camarão, ensinando a fazer pratos com camarão seco e a usar as panelas de barro e a colher de pau.

Com o passar dos tempos grandes personalidades negras contribuíram para arte, literatura, música e etc. Uma autora que teve maior destaque por ser mulher, negra e favelada foi Carolina Maria de Jesus, uma de suas obras mais elogiadas foi “O Quarto do Despejo”, que na verdade era um livro diário, no qual ela relatava a fome cotidiana, a miséria, os abusos e preconceitos sofridos por ela, seus filhos e por outros moradores de favela, dando início a uma literatura de denúncia sociopolítica. Destacam-se cantores como: Milton Nascimento, Gilberto Gil, Pixinguinha (que compôs “Carinhoso”), entre outros.

No livro paradigmático *Sociedade em Construção* os autores relatam que o samba verdadeiro era de lamento, pois era assim que o negro lamentava a sua vida. Era uma dança animada com um ritmo forte e característico e originou-se da África e foi levado para a Bahia pelos escravos enviados para trabalhar nas plantações de açúcar. O samba é tocado com instrumentos de percussão (tambores, surdos, timbau) e acompanhado por violão e cavaquinho. Geralmente, as letras contam a vida e o cotidiano de quem mora nas cidades, com destaque para as populações pobres (TIRADENTES, DA SILVA, 2008, pág. 81-82).

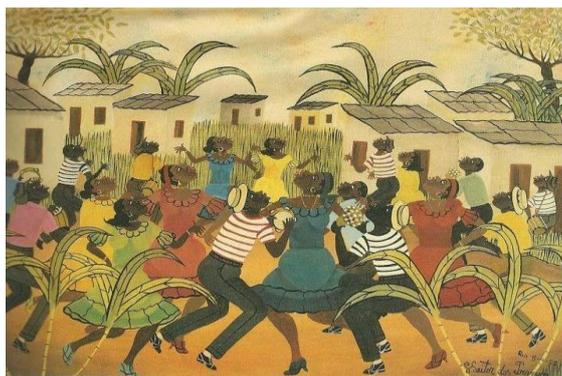


Figura 4 – O samba nas plantações de açúcar
Fonte: www.elfikurten.com.br

A dança gradualmente perdeu sua natureza ritualista e eventualmente se tornou a dança nacional brasileira. Na época de carnaval no Rio de Janeiro que colocou o samba no mapa ocidental, os baianos das plantações de açúcar

viajavam das aldeias até o Rio para as festas anuais. Gradualmente a batida sutil e a nuance interpretativa do samba levavam-nos rua acima dançando nos cafés e eventualmente até nos salões de baile, tornou-se a alma da dança do Brasil. Daí o desfile das escolas de samba cresceu e o país desenvolveu seu próprio ballet artístico com ritmo de samba¹⁰ e movimentos básicos.

Da Matta em uma coluna na revista época¹¹ relata que “Imaginar um Brasil sem Carnaval seria como imaginar uma noite sem lua ou um arroz sem feijão”. Carnavais e carnavalizações servem para legitimar uniões ou entrelaçamentos entre os diferentes por meio do canto, da música e da dança e, acima de tudo, do riso que dissolve barreiras; ao passo que as festividades da ordem reforçam a autoridade e as diferenças. Para Oliven (1989) nos anos 30 e 40, houve uma grande proliferação de músicas que exaltavam a malandragem através das quais alguns segmentos das classes populares se recusavam a aceitar a disciplina e a monotonia associadas ao universo assalariado.

1.2 Resistência negra, cultura e o sujeito da atualidade

O que é resistência negra? Aliás o que entendemos por resistência? Primeiramente o que entendemos é que a palavra resistência significa a propriedade de um corpo que reage contra a ação de outro corpo. Quanto a resistência negra são todos os movimentos e lutas contra o racismo, a exploração e a opressão sofrida pela população negra no Brasil. A cultura afro é um dos fatores fundamentais para a sedimentação da identidade negra. Para De Paulo¹² (2013):

¹⁰O Dia Nacional do Samba é comemorado em 2 de Dezembro, data escolhida como o dia do Samba pois foi nesse dia que o famoso compositor Ary Barroso, um dos mais famosos compositores de samba da história, visitou pela primeira vez Salvador na Bahia. O então vereador Luís Monteiro Costa propôs então homenageá-lo, celebrando o dia do Samba nesta data no calendário regional, que com o passar dos anos acabou se tornando uma comemoração a nível nacional.

¹¹ Roberto Damatta- O que diz o carnaval? Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/opiniao/roberto-damatta/noticia/2013/02/o-que-diz-o-carnaval.html>>

¹² Diney Lenon de Paulo- Educador da Rede Pública em Poços de Caldas. Pós-graduado pela UFLA e militante do Sind-UTE. Artigo escrito no blog Sociedade em rede.

Resistência é um termo que, segundo Ferreira (2000, p. 601) possui significado de “força que se opõe a outra”. Nesse sentido, falar da resistência da população negra, ex-escrava e afrodescendente nos dias atuais é também refazer um caminho reflexivo de suas lutas, revoltas e movimentos políticos, a exemplo da luta de Palmares, da Revolta dos Alfiates, da Revolta do Malês. Assim, retomar a questão de que a resistência negra é, sobretudo perceber que no emaranhamento das lutas de resistência há um complexo cultural contra hegemônico de identidades complexas resistentes à escravidão, dominação política, física, mas também à dominação cultural (DE PAULO, 2013).

A luta dos negros no Brasil, na verdade é uma história de resistência. A citação acima deixa claro quando menciona exemplos de revoltas como a “Revolta dos Malês”, além da luta de palmares que é a mais conhecida até hoje e sempre lembrada pelos movimentos negros. A revolta do Malês foi bastante significativa onde os negros não lutavam apenas contra a escravidão, mas uma rebelião para manter os traços culturais da África. E também por ter uma Líder mulher e negra chamada Luísa Mahin¹³, participante de todos os levantes escravos e inclusive ainda participou da sabinada em 1837 e logo fugiu para o Rio de Janeiro onde foi deportada para a África. Além disso na citação do autor De Paulo, ele diz que a dominação cultural faz parte da identidade negra e essa identidade negra que busca sua afirmação e seu espaço através da própria resistência em movimentos negros em busca de autoestima dentro da identidade seja ela cultural ou social.

¹³ Originária do Golfo do Benin, noroeste africano. Pertencia a nação nagô-jeje da tribo mahin daí seu sobrenome. Como negra africana, livre, da nação nagô, pagã, sempre recusou o batismo e a doutrina cristã, e um de seus filhos naturais, Luís Gama, tornou-se grande poeta e um dos maiores abolicionistas. Livro Sociedade em construção (2008) dos autores J.A. Tiradentes e Denize Rampazzo da Silva.



*Figura 5 - Resistência negra ao trabalho escravo
Fonte: petcomuniddetrdicionais.blogspot.com*

No Brasil quando se fala em resistência negra pouco se fala da mulher negra, pois os movimentos que todos conhecem quase sempre são representados pela figura masculina, como por exemplo Zumbi dos Palmares. Poucos sabem da história de Dandara esposa de Zumbi e, como ele, ela também lutou com armas pela libertação total das negras e negros no Brasil; liderava mulheres e homens, também tinha objetivos que iam às raízes do problema e, sobretudo, não se encaixava nos padrões de gênero que ainda hoje são impostos às mulheres.

A heroína Dandara¹⁴teve sua história esquecida durante muito tempo, mas ela participou de todas batalhas e lutas. Dominava técnicas da capoeira e participava também da elaboração das estratégias de resistência do quilombo.

¹⁴Escrava liberta em 1812, pertencia à nação nagô-jejê, da Tribo de Mahi, religião Muçulmana, africanos conhecidos como Malês. Primeira e única esposa de Zumbi, junto a ele lutava para livrar os negros da dura vida que levavam. Se suicidou em seis de fevereiro de 1694 para não voltar a condição de escrava.

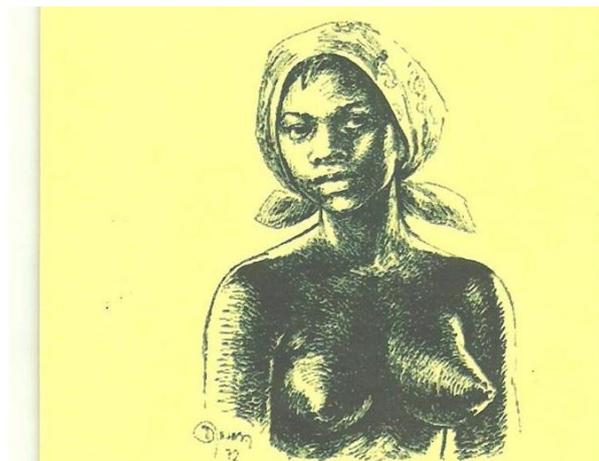


Figura 6 - Dandara de Palmares
Fonte: www.revistaforum.com.br

Dentre as lideranças do Movimento Negro brasileiro contemporâneo o primeiro a destacar o papel dos quilombos como símbolos de resistência contra o racismo foi Abdias do Nascimento. No discurso de Abdias se entrelaçam os elementos de ligação que dão sustentação à identidade racial e cultural do Movimento. A valorização das origens da cultura africana estabelece um elo com a África, o continente negro, e, portanto, com a raça negra.

Para Algarve (2004), a palavra raça pode ser utilizada para marcar as diferenças físicas, tais como: a cor da pele e o tipo de cabelo. Contudo, o seu significado vai além dessas características, o termo pode se referir também às diferenças culturais, isto é, à forma de pensar e de viver de um povo que está ligada à ancestralidade africana. Um bom exemplo disso foi a atuação da Frente Negra Brasileira (FNB) que, nos anos 30, organizou jornais e congressos chamando a atenção para os problemas que afligiam a “população de cor”: exclusão econômica, analfabetismo massivo e mobilidade social negativa. Na década de 40, o Teatro Experimental do Negro seguiu caminho semelhante, denunciando as práticas racistas a partir de peças teatrais no cotidiano dos negros em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. Décadas se passaram, até meados dos anos 80 e 90, e as representações sobre ser negro praticamente continuaram as mesmas no imaginário popular. As organizações dos movimentos negros ganharam força na esfera pública e junto aos poderes públicos, porém, o “mito da democracia racial” continua latente nas representações sociais dos brasileiros (SANTOS 2005).

2. O LIVRO DIDÁTICO E A HISTÓRIA DO NEGRO NOS LIVROS DIDÁTICOS

O livro didático é um instrumento fundamental para a formação de conhecimento dos alunos dentro da sala de aula. Domingui (2010) relata que desde a década de 80 quando se acentuaram as pesquisas a respeito do livro didático, vários foram os artigos, as publicações e obras que enfocavam o papel do mesmo ao longo da história e na atual forma de sociabilidade. Em 1938 o livro didático entrou na pauta do governo quando foi instituída por meio do Decreto-Lei nº 1.006¹⁵, de 30/12/38 a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) que estabelecia a primeira política de legislação para tratar da produção, do controle e da circulação dessas obras (FREITAG, 1989 apud FREITAS, RODRIGUES, 2008, p.3). Na educação pública, segundo Freitag, Costa e Motta (1989, p. 11), a história do livro didático no Brasil “não passa de uma sequência de decretos, leis e medidas governamentais que se sucedem, a partir de 1930, de forma aparentemente desordenada, e sem a correção ou a crítica de outros setores da sociedade”(DOMINGUI, 2010). O mercado editorial brasileiro de livros didáticos é considerado de grande consumo, para a alfabetização ele é fornecido gratuitamente as escolas. Os autores Garcia e Scrocaro (2009) em seu artigo “Políticas do livro didático e o mercado editorial” afirmam o seguinte,

“O livro didático, além de ser um recurso no processo de aprendizagem do aluno, passa a ser um bem de consumo para as editoras, pois abre um mercado relacionado ao investimento e empreendedorismo, visto que as editorias aumentam sua produção e geram lucro, onde atingem um desenvolvimento econômico, ou seja, a Educação contribui para que a base da economia esteja diretamente relacionada às empresas privadas” (GARCIA; SCROCARO, 2009).

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), criado em 1985, é herdeiro de uma longa trajetória de políticas públicas que se iniciou em 1929,

¹⁵ Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de Dezembro de 1938. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html>>

com a criação do Instituto Nacional do Livro (DE BRITTO, 2011). O livro didático tem uma função fundamental que é contribuir para a qualidade do ensino nas escolas. Como ele é um objeto de grande valor tanto financeiro quanto pedagógico, o Governo Federal adotou como política a distribuição de livros didáticos, sendo “um negócio bastante lucrativo para as editoras, pois elas recebem uma parcela do pagamento adiantada, produzem os livros e têm a compra garantida pelo estado” (SANTOS 2006, p. 57 apud DOMINGUINI, 2010).

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Programa Nacional do Livro Didático - PNLD 2012 Ensino Fundamental e Médio - Valores Negociados para Obras Impressas								
EDITORA	TIRAGEM TOTAL	MARKET SHARE	TÍTULOS ADQUIRIDOS	TIRAGEM MÉDIA	CADERNOS TIPOGRÁFICOS	RS / CADERNO	RS / EXEMPLAR	VALOR TOTAL
ÁTICA	33.230.029	20,46%	350	94.943	586.212.255	0,3322	5,85	194.550.185,09
SARAIVA	30.880.701	19,02%	304	101.581	612.911.355	0,3355	6,65	205.498.680,68
MODERNA	30.615.475	18,85%	242	126.510	669.152.801	0,3300	7,21	220.734.327,76
FTD	24.859.844	15,31%	322	77.204	475.870.307	0,3400	6,51	161.795.904,38
SCIPIONE	17.175.813	10,58%	264	65.060	296.813.407	0,3466	5,98	102.786.746,98
SM	5.728.986	3,53%	76	75.381	127.589.233	0,3922	8,73	50.018.205,95
POSITIVO	3.851.884	2,37%	120	32.099	57.330.828	0,5255	7,82	30.109.299,07
ESCALA	3.270.258	2,01%	94	34.790	51.785.517	0,5377	8,51	27.828.402,38
RICHMOND	2.986.149	1,84%	12	248.846	48.036.370	0,3300	5,31	15.842.658,65
MACMILLAN	2.438.043	1,50%	18	135.447	41.520.925	0,4300	7,32	17.853.997,75
DO BRASIL	2.294.415	1,41%	86	26.679	38.367.865	0,5900	9,86	22.629.741,36
BASE	1.601.049	0,99%	48	33.355	21.632.967	0,5599	7,56	12.098.450,75
NOVA GERAÇÃO	1.107.412	0,68%	12	92.284	26.876.693	0,5533	13,42	14.864.632,14
IBEP	506.207	0,31%	46	11.005	6.915.931	0,7200	9,84	4.979.469,96
PUERI DOMUS	456.494	0,28%	6	76.082	7.547.456	0,6388	10,56	4.819.352,03
NACIONAL	442.506	0,27%	38	11.645	4.970.957	0,7200	8,09	3.579.088,77
LAFONTE	382.075	0,24%	6	63.679	5.171.865	0,5377	7,27	2.777.524,10
AJS	350.659	0,22%	8	43.832	5.720.322	0,6500	10,60	3.717.386,69
TERRA SUL	69.451	0,042%	6	11.575	1.738.516	0,8822	22,08	1.533.293,82
DIMENSÃO	60.847	0,037%	24	2.535	580.795	0,9422	8,99	546.909,70
SARANDI	60.682	0,037%	10	6.068	1.016.085	0,8900	14,90	904.315,65
CASA PUBLICADORA	16.189	0,010%	8	2.024	321.798	0,7300	14,51	234.912,54
FAPI	5.702	0,003%	2	2.851	57.086	1,5700	15,72	89.625,02
AYMARÁ	1.540	0,001%	6	257	22.856	1,9500	28,94	44.563,41
TOTAL	162.392.410	100%	2.108	77.036	3.088.164.186	0,3561	6,77	1.099.837.674,63

Figura 7- Tabela de percentual de livros didáticos adquiridos pelo governo

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34216>

Em relação a produção de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), segundo informações do portal do MEC, em 2009, 88% do movimento do mercado editorial brasileiro obteve uma grande representação.

O levantamento foi feito pela Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares (Abrelivros), e leva em conta os 115 milhões de obras distribuídas a 36,6 milhões de estudantes da educação básica pública, além de três milhões

de títulos voltados à alfabetização de jovens e adultos. No mesmo período, o mercado privado adquiriu 15 milhões de exemplares. Segundo Freitas e Rodrigues (2008),

O livro didático faz parte da cultura e da memória visual de muitas gerações, o meio impresso exige atenção, intenção, pausa e concentração para refletir e compreender a mensagem, por meio de seu conteúdo, mas também de sua forma, expressa em um projeto gráfico, tem justamente a função de chamar a atenção, provocar a intenção e promover a leitura (FREITAS; RODRIGUES, 2008).

O gasto para com o livro didático é muito alto e a produção desses livros deve estar de acordo com as regras do governo, caso o contrário, os livros são excluídos do PNL (FURTADO, GAGNO, 2009, p. 7). Assim, segundo os autores o processo de escolha do livro didático sugere ter se estruturado em anos recentes, da seguinte maneira: governo - editora – autor - editora – governo - avaliador – editora – professor – editora – governo – editora – professor - estudante. Esse processo de escolha de livros é representado passo a passo nesta pequena sequência como ele chega as escolas e aos estudantes. Por que a iniciativa parte do governo primeiramente que repassa a editora a lista de obras e a editora entra em contato com o autor e o autor repassa a editora ao governo os valores e às discussão dos aspectos teóricos que embasam a obra da produção do livro didático. Daí o governo passa para um avaliador para avaliar se está dentro das normas, então o avaliador repassa a editora que passa para um professor à análise de alguns exemplares enviados pelas editoras, na própria escola – a escolha, então, foi feita posteriormente, em uma reunião com o grupo de professores que passa a editora. A editora retorna ao governo, confirma com a editora e chega na escola para professores e alunos. É importante salientar os processos editoriais da estrutura dos livros para que possamos ter consciência da produção do objeto.

Não podemos esquecer que além do livro didático, existe o livro paradidático que serve de auxílio dentro da sala de aula. Assim como o livro didático o livro paradidático necessita de atualização periódica. Eles estão sendo cada vez mais utilizados nas escolas. Segundo os PCNs(Parâmetros

Curriculares Nacionais), os livros paradidáticos têm exatamente a função de oportunizar aos professores o desenvolvimento de trabalhos voltados para valores como: bondade, amizade, respeito, honestidade, ecologia, meio ambiente, poluição, entre outros (DE SOUZA, 2012). No capítulo três veremos como os professores de algumas escolas de Santa Maria estão considerando o trabalho com livros paradidáticos sobre a cultura afro.

Além do livro paradidático “Sociedade em Construção” existem vários outros que incentivam o ensino da cultura afro nas escolas, conforme vimos no trabalho de campo e detalharemos no quarto capítulo.

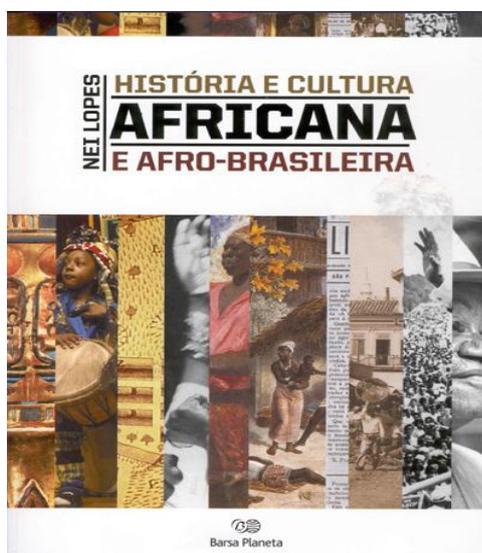


Figura 8 - História e cultura africana
Fonte: www.brasilcultura.com.br

Antes da lei 10.639/03 ser criada no Brasil, a história do negro durante muito tempo foi esquecida e distorcida. As imagens dos negros nos livros eram mostradas de forma caricatural, aos negros era reservado o chão como símbolo de inferioridade. Eram reproduzidas em boa parte dos livros didáticos a história de homens e mulheres negros trabalhando sob o atento olhar da nobreza branca que os observava (SILVA, MARTINS, 2011).

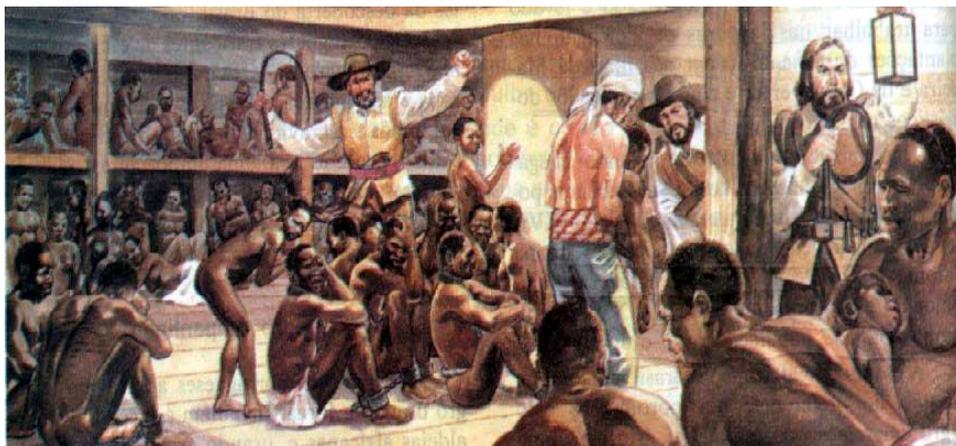


Figura 9 - O transporte de negros
Fonte: www.geocities.ws

A pesquisa dos autores Vaz, Guimarães, da Silva e França (2002) afirma que a violência e o sofrimento marcaram a entrada dos negros na narrativa visual dos livros didáticos. Eles aparecem exaustivamente retratados como sujeitos sofredores, seja na captura na África, no transporte para o Brasil ou no castigo nos engenhos. Esse espetáculo de tortura do negro sendo castigado e chicoteado era uma forma de humilhação para que pudesse ser visto pelos outros. Esse castigo era como se fosse um ritual das práticas senhoriais e punir o escravo que houvesse cometido uma falta, não só era um direito, mas uma obrigação do senhor.

O tronco foi um instrumento de tortura que consistia num grande retângulo de madeira dividido em duas partes entre as quais havia buracos destinados a prender a cabeça, os pulsos e os tornozelos do escravo. Preso, o escravo permanecia imóvel, indefeso aos ataques de insetos e ratos, em contato com sua urina e fezes, isolado num barracão, até o seu senhor resolver soltá-lo. O tronco se tornou uma espécie de símbolo da escravidão, como um objeto de tortura e humilhação.



Figura 10- Sujeito de sofrimento
Fonte: www.revistadehistoria.com.br

Esse tipo de imagem oprime e envergonha a população negra, como se essa forma de tratamento fosse adequada e simbolicamente para muitos educadores durante muito tempo fosse a real representação do negro. Porém, com a criação da lei 10.639/03¹⁶, aplicada em 2008 pelo professor Valter Silvério, a cultura afro-brasileira e africana passaram a ser levadas para as salas de aula, e a escravidão negra no Brasil deixou de ser o único foco. O negro está cada vez mais criando alicerces sólidos quanto a sua verdadeira história de muita luta perante um mundo racista e preconceituoso. Isso se dá por causa dos movimentos sociais e pelo movimento negro que vem reivindicando com certa pressão os políticos para melhorar essa discriminação perante a população.

O negro atualmente vem sendo representado nos livros didáticos de uma forma, que eu considero, mais real. A história não está completa, posso dizer que os livros estão conseguindo fazer um resumo básico sobre a história do negro, escrevendo sobre sua cultura e mostrando os grandes heróis, pensadores, escritores, enfim, representantes de movimentos importantes, em destaque o próprio Zumbi dos Palmares.

¹⁶ Contribuições da implementação da Lei 10.639. Disponível em: <<http://tvbrasil.etc.com.br/nacao/episodio/lei-10639-o-ensino-da-historia-e-da-cultura-afro-brasileira-e-africana-nas-escolas>>

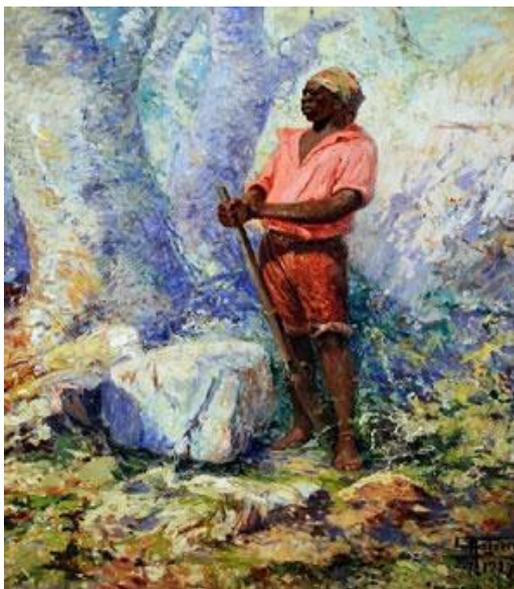


Figura 11- Zumbi dos Palmares
Fonte: www.escolakids.com

Segundo Milton Santos (2000) no Brasil, onde a cidadania é, geralmente, mutilada, o caso dos negros é emblemático. Os interesses cristalizados, que produziram convicções escravocratas arraigadas, mantêm os estereótipos, que não ficam no limite do simbólico, incidindo sobre os demais aspectos das relações sociais. Na esfera pública, o corpo acaba por ter um peso maior do que o espírito na formação da socialidade e da sociabilidade. Quando Milton Santos fala no corpo podemos refletir e pensarmos que este corpo pode ser tanto a objetificação e hipersexualização da mulher negra quanto exploração ostensiva do corpo da mulher negra na publicidade. Apesar das mudanças nos livros didáticos há muito a se fazer e se pensar sobre a democracia racial. O conhecimento e a educação são os caminhos a seguir.

Com isso o livro paradidático tem o valor de levar o aluno a reflexão sobre determinado assunto, ele serve como auxílio ao professor dentro da sala de aula. O livro “Sociedade em construção”, por exemplo, é um dos livros paradidáticos que chegou nas escolas em 2012 para a inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nas redes públicas e particulares de ensino.

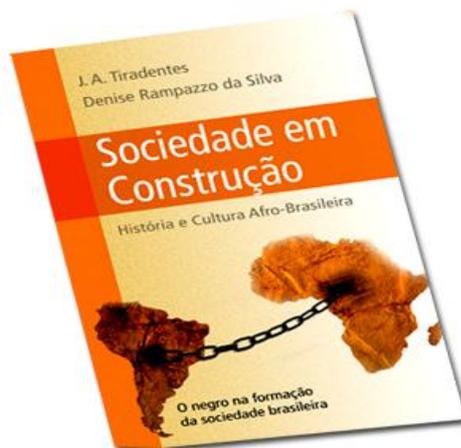


Figura 12- Livro Sociedade em construção
Fonte: www.palmares.gov.br

Sobre a aplicação do conteúdo deste livro paradidático, o que realmente pude perceber que, algumas visitas a escolas públicas de Santa Maria no estado do Rio Grande do Sul, que o livro tem sido trabalhado de forma limitada. Em algumas escolas os livros ficaram arquivados nas bibliotecas, e em outras os professores entregaram para os alunos, esses os levaram para casa e o conteúdo do livro não pôde ser compartilhado com as turmas dos anos seguintes.

Mas o conteúdo é bastante amplo, no geral, ele retrata sobre o continente Africano, a formação do negro na sociedade nacional, e mostra imagens de grandes personalidades, manifestações artísticas, etc. Os assuntos abordados no livro resgatam a importância histórica e a inserção da luta dos negros, suas resistências e culturas para construção de identidade dentro da sociedade brasileira.

A justificativa para o pouco uso do livro em sala de aula seria que não há interesse, segundo a funcionária da biblioteca, por parte dos professores e dos alunos, e que não há professores treinados ou melhor dizendo com qualificação para trabalhar com alunos dentro da sala de aula.

Muniz Sodré em sua obra “Antropológica do espelho” relata em seu subtítulo “Mutações pedagógicas” o seguinte:

A mudança ou revitalização do paradigma dominante e as novas formas de organização do trabalho provocam alterações importantes na relação pedagógica em todos os níveis de escolaridade, tanto nos modos de ensinar e aprender quanto nos conteúdos disciplinares. Dentre

essas alterações, destaca-se a crise do pano de fundo comunitário e do horizonte ético comum, que vêm sustentando a 'Bildung' moderna. Mais explicitamente, a crise dos fundamentos humanistas sobre os quais, apesar de todas as ilusões de desacertos históricos, se apoiam os empenhos de agregação do valor do indivíduo (SODRÉ, 2012, p. 96).

Para Muniz esse "Bildung" seria a formação cultural moderna. E que essas alterações pedagógicas são de extrema importância para a formação do indivíduo, e então esses desacertos históricos poderiam ser melhor trabalhados com uma fundamentação humanista e valorização do indivíduo. E como poderia ser trabalhada essa formação cultural moderna? Poderíamos dizer que o livro paradidático serve de cunho a essa fundamentação humanista.

O livro paradidático segundo Laguna (2001) tem o objetivo de despertar nas pessoas o prazer de ler, instruir, divertir, fazer sonhar como por exemplo projetos sociais, políticos, de justiça, de amor e paz. Acredito que o livro paradidático além de auxiliar o professor dentro da sala de aula, serve como um informativo. Uma novidade para atrair a atenção do aluno, que é bem difícil hoje em dia devido às novas tecnologias, para as aulas não serem tão monótonas e popularizar a leitura.

O livro paradidático se aplica dentro da sala de aula para levar até o aluno informações objetivas e transmitindo conhecimento que abordem assuntos paralelos ligados às matérias do currículo regular, de forma a complementar aos livros didáticos. No quarto capítulo veremos os dados obtidos nas visitas às escolas de Santa Maria e buscaremos compreender de que modo o livro "Sociedade em construção" está sendo utilizado. Também buscaremos informações sobre possíveis usos de outras obras, caso esta não esteja sendo utilizada, ou caso seja considerada uma entre outras obras possíveis de serem trabalhadas.

2.1 Outras Leis propostas pelo movimento negro

O objetivo dos movimentos é de resgatar a memória de um povo que batalhou pela sua liberdade. Essas mobilizações se deu um ano após a

abolição da escravatura, em 1888. Antes disso, os movimentos eram clandestinos e tinham como principal objetivo libertar os negros, como as revoltas que aconteciam e a fuga para os quilombos. Eram negros que resistiam contra o racismo, a escravidão e a opressão que passavam. Apesar do ano da Proclamação da República, em 1889, quando o Brasil se tornou soberano, o povo chegou ao poder, a democracia se estabeleceu, a situação dos negros não mudou, deu continuidade à sua marginalização.

As principais revoltas Negras que o livro “Sociedade em Construção” aborda são as seguintes: A Cabanagem foi um dos maiores e mais importantes movimentos políticos populares do Brasil. Durante cinco anos, de 1835 a 1840, a Província do Grão-Pará teve um governo autônomo que declarou sua independência diante do resto do país. Uma das originalidades da Cabanagem é que suas disputas políticas não se restringiram às desavenças entre elites. Pelo contrário, o movimento contou com atores vindos das mais diferentes origens socioeconômicas: grupos indígenas, tapuios, mestiços e escravos; membros das tropas, do clero e das lojas maçônicas; latifundiários e proprietários brancos e escravistas; e alguns intelectuais ilustrados. A Balaiada foi um dos maiores conflitos ocorridos no Brasil entre 1838 e 1840, o Maranhão foi palco de uma insurreição popular em que os quilombolas tiveram participação decisiva. A revolta de Felipe dos Santos ou Revolta de Vila Rica aconteceu em 1720 e é mais uma demonstração da luta contra a opressão que os negros e mestiços travaram em nossa história.

A Conjuração baiana de 1798 foi o mais abrangente em termos dos objetivos políticos, da abertura à participação das camadas populares e dos ideais de mudanças sociais propostos, como por exemplo profundas mudanças sociais como a abolição dos privilégios vigentes que garantissem a igualdade entre os homens, de diferentes raças e cor, e o fim da escravidão. A Revolta dos Malês foi um movimento que ocorreu na cidade de Salvador (província da Bahia) entre os dias 25 e 27 de janeiro de 1835. Os revoltosos, cerca de 1500, estavam muito insatisfeitos com a escravidão africana, a imposição do catolicismo e com o preconceito contra os negros.

Portanto, tinham como objetivo principal a libertação dos escravos. Queriam também acabar com o catolicismo (religião imposta aos africanos desde o momento em que chegavam ao Brasil), o confisco dos bens dos

brancos e mulatos e a implantação de uma república islâmica. Revolta da Chibata movimento ocorrido no século XX, no Rio de Janeiro (1910), a revolta ocorreu quando o marinheiro Marcelino Rodrigues foi castigado com 250 chibatadas, por ter ferido um colega da Marinha, dentro do encouraçado Minas Gerais.

O navio de guerra estava indo para o Rio de Janeiro e a punição, que ocorreu na presença dos outros marinheiros, desencadeou a revolta, a maior parte dos trabalhadores da Marinha brasileira era composta por mulatos e negros, escravos libertos ou filhos de ex-escravos. As condições de trabalho eram precárias: os marinheiros tinham remuneração baixa, recebiam péssima alimentação durante as longas viagens nos navios e, o mais grave, estavam submetidos a punições corporais, caso desobedecessem alguma regra.

A partir de 1930, outros movimentos negros surgiram como a Frente Negra Brasileira, em São Paulo. Em 1940 surgiu o Teatro Experimental Negro e o Comitê Democrático Afro-brasileiro com o objetivo de combater o racismo, o primeiro movimento através da cultura e o segundo além de combater, dava anistia a presos políticos. No final do governo militar, com o golpe, outros movimentos surgiram como movimentos culturais, bailes, universidades e o Movimento Negro Unificado, em 1978. O Movimento Negro Unificado (MNU) foi fundado em 18 de junho 1978, em prol de produzir e incentivar no Brasil uma ampla discussão sobre questões raciais e denúncias as desigualdades e assim construindo um projeto político do ponto de vista do povo negro.

As questões raciais entraram em pauta despertando a atenção da sociedade a partir de 1995 após a forte pressão dos movimentos negros visibilizada na Marcha de Zumbi em Brasília em pleno governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, reconhecendo assim o racismo e a desigualdade. A Marcha de Zumbi foi decisiva para a aprovação das políticas públicas específicas para a população negra. Sob forte pressão dos movimentos negros em destaque “Movimento das mulheres negras e o Movimento negro Unificado”. Pereira (2010) em sua dissertação sobre “O Mundo Negro” ressalta o seguinte,

Vale destacar que a Lei 10.639, assinada pelo Presidente Lula em 09 de janeiro de 2003, que tornou obrigatório o ensino de história cultura afro-brasileira é uma antiga reivindicação do movimento negro brasileiro, e tornou-se realidade a partir das pressões do movimento social e de articulações de militantes atuantes no parlamento e em outras instâncias do poder público.

Devido aos movimentos negros várias conquistas foram obtidas e uma delas é a criação do Dia da Consciência Negra (20 de novembro). Outra conquista importante é a implantação da Lei 10.639/2003 que incluiu a comemoração da data no calendário escolar e a discussão sobre a história a cultura e a valorização dos africanos e afro-brasileiros nos currículos escolares em todas as redes de ensino. A aprovação da Lei 12.711/2012, que cria as cotas para ingresso em cursos superiores, sem dúvida foi um dos grandes avanços para a população negra. A criação, em março de 2013, pelo Governo Federal, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Por meio das ações afirmativas de combate à discriminação racial, principalmente, nos últimos dez anos, o Brasil tenta promover transformações culturais, implantar a diversidade e ampliar a representatividade dos grupos minoritários em todos os setores da sociedade. Gonçalves (1998) conclui em seu artigo sobre os movimentos negros no Brasil que,

“O protesto negro, ao longo desse século, visou à construção do próprio ato social e, por conseguinte, de uma democracia estável no Brasil. Se o mito do paraíso racial pretendeu desmobilizar todos os argumentos antirracistas, a presença dessa minoria ativa negra na cena social obrigou a sociedade brasileira a se repensar continuamente. Onde a violência racial transgride os direitos humanos, os movimentos negros — enquanto minorias ativas — têm agido não como juízes, mas como cidadãos conscientes de seus direitos”. (GONÇALVES, pág. 48, 1998).

Quando se fala em movimento negro é importante lembrar outros movimentos e representantes negros, para que possamos entender melhor

que a identidade negra está cada vez mais forte e presente devido as lutas de vários movimentos e revoltas ocorridas na história do Brasil. Entender o quanto esses movimentos contribuíram e contribuem para com os direitos de igualdade e a construção da identidade. Falando em movimento negro, como o tema desta pesquisa é a “Cultura afro brasileira nos livros paradidáticos nas escolas de Santa Maria - RS”, é de extrema importância destacar movimentos na cidade Santa Maria.

Em Santa Maria - RS, não podemos falar de movimento sem citar o Museu Treze de Maio. A Sociedade Cultural Ferroviária¹⁷ Treze de Maio foi fundada por “quarenta e sete cidadãos”, idealizada por negros e para negros, mais especificamente no ano de 1903, já que a eles não era permitido o acesso às sociedades de brancos. Motivação também relevante para a sua criação foram as comemorações alusivas a data da abolição da escravatura, promulgada em 13 de maio de 1888.



*Figura 13 - Museu Treze de Maio da Cidade de Santa Maria RS
Fonte: Ronald Mendes*

O Museu Treze de Maio é uma instituição presente há décadas, localizada na rua Silva Jardim 1407, Bairro Rosário, que mantém convênio com

¹⁷ Site do museu treze de maio disponível: <http://museutrezedemaio.com.br/2013/05/110-anos-do-treze-memoria-e-resistencia-negra-em-santa-mariars/>

a Prefeitura de Santa Maria, por meio da Secretaria de município da Cultura. Segundo relatos de antigos sócios, a primeira edificação¹⁸ foi construída em regime de mutirão, era de madeira e o teto de zinco, sendo que somente a parte da frente era de alvenaria. Foi construída por negros operários da Viação Férrea, que recebiam da direção, tábuas dos vagões de trens desmanchados. Após a decadência do clube o espaço permaneceu abandonado, até que em 2001, integrantes do movimento negro da cidade juntamente com estudantes de Museologia resolveram adotar o espaço com a proposta de recuperá-lo, revitalizá-lo e transformá-lo em Museu Comunitário, cuja proposta principal busca a valorização das pessoas e a preservação da memória e da cultura negra da comunidade santa-mariense.

Em 2004, o prédio foi tombado como Patrimônio Histórico de Santa Maria, devido a sua importância afetiva e histórica. Hoje, o museu é procurado e frequentado por militantes negros, por pessoas que faziam parte da antiga sociedade, por participantes do grupo de dança afro, capoeira, percussão e samba. Além do público interessado em atividades de pesquisa, encontros, dinâmicas, oficinas e debates. Projetos como “Olhares Negros”, um projeto de exposição fotográfica com base no apoio ao registro e à memória. Retrata mulheres e homens negros, evidenciando o protagonismo dos indivíduos, suas trajetórias de vida, o trabalho e principalmente as múltiplas formas de resistência negra na cidade de Santa Maria, por meio de fotografias acompanhadas de minibiografias e áudio descrições, projeto aprovado via Fundo de Apoio à Cultura – FAC/RS.

Outro Projeto em destaque é o “Relatos no Feminino: Rainhas e Princesas do Clube Treze de Maio”. O projeto é de valorização e promoção das santa-marienses que frequentaram o Clube Treze de Maio, fundado em 1903 por funcionários da extinta Viação Férrea de Santa Maria. Destacam-se nesses vídeos, mulheres negras que participaram dos certames de beleza do centenário clube social negro e que conquistaram títulos de Rainhas ou Princesas, no período de 1960-1980.

¹⁸ As informações contidas sobre o museu foram pesquisadas no próprio site do museu onde é contada sua história. Disponível em: <<http://museutrezedemaio.com.br/2013/05/110-anos-do-treze-memoria-e-resistencia-negra-em-santa-mariars/>>

Eventos como o camafeu espetáculo de negruras Urbanas tem como grande objetivo valorizar a “prata da casa” e trazer familiares, amigos e pessoas que talvez nunca tenham entrado no Teatro Treze de Maio, para conhecer seu espaço cultural. Além disso, é também uma forma de divulgação das atividades que acontecem no Museu Comunitário Treze de Maio¹⁹. Coordenado nas cinco edições anteriores por Giane Escobar, em 2011, o Camafeu passou às mãos de Nei do Ogum. São realizadas atividades culturais como o grupo Vocal de Mulheres Negras – Malungas, Grupo de Capoeira de Rua Berimbau e Cia de Dança Afro Euwá Dandaras.



*Figura 14 - Cia de Dança Afro EuwáDandaras
Fonte:www.euwadandaras.com.br*

A CIA de Dança Afro Euwá-Dandaras, que em Ioruba, um dos dialetos africanos, significa Mulheres Guerreiras, trabalhando em prol do desenvolvimento e valorização da cultura afro-brasileira através de atividades artístico-culturais, fazendo parte do projeto de oficinas da Associação dos

¹⁹ No dia 20 de novembro de 2015, Dia Nacional da Consciência Negra, Giane Escobar, Ex-Diretora Técnica do Museu Comunitário Treze de Maio (2001-2013), foi empossada pela Senhora Presidenta, como conselheira da fundação cultural palmares, para um mandato de três anos. O Conselho Curador da Fundação Cultural Palmares é responsável por opinar sobre questões relevantes para a promoção e preservação dos valores culturais, sociais e econômicos relacionados à cultura negra no país.

Amigos do Museu Treze de Maio – AAMTM. Lembrando que além desses eventos culturais os movimentos negros são papéis importantes nesta jornada em busca da valorização histórica e preservação com esse grande desejo de inserção dentro da sociedade.

. Após a criação do coletivo ‘AFRONTA’ foram surgindo outros como o “Coletivo Ará Dudu” uma organização criada em 2014 e em 2015 foi dada a sequência e estruturada a partir de uma equipe majoritariamente negra que trabalha com arte e produção cultural negra em Santa Maria.

Outro coletivo bastante ativo é o “Coletivo Juventude Negra Feminina-SM²⁰” formado exclusivamente por mulheres negras por uma questão de empoderamento e fortalecimento da identidade negra. A JuNF - “Juventude Negra Feminina de Santa Maria - RS” foi criado em abril de 2013, de forma virtual, através do *Facebook*, pela mestra em Memória Social e Patrimônio Cultural Giane Escobar. O grande objetivo do Coletivo é de reunir meninas negras das periferias da cidade, estudantes de ensino fundamental, médio, técnico e pré-vestibular, universitárias, integrantes de diferentes movimentos sociais, dos grupos de dança afro, dança de rua, as jovens negras mães e todas as mulheres negras que enfrentam todos os dias questões específicas relacionadas a raça/gênero/classe, que se entrelaçam, devido à nossa condição histórica-social. O Coletivo Juventude Negra Feminina-SM é inspirado nos grupos: Mulheres Negras, Meninas Black Power, Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras RS, entre outros.

Ribeiro (2015) em seu livro “Políticas de promoção da igualdade racial no Brasil (1986-2010)”, destaca o protagonismo da juventude e mulheres negras em movimentos sociais, a importância dessa organização para o fortalecimento de seu papel na sociedade. E, foi a partir dos anos 80 que houve essa organização dessas mulheres e denúncia sobre as condições de vida precárias. E, diz que o caminho para a reversão das desigualdades seria:

[...] de um esforço educacional centrado na população negra: da instauração de medidas legislativas e

²⁰ O coletivo JUNF – Juventude Negra Feminina de Santa Maria - RS também possui uma página na rede social. Disponível em: <<https://www.facebook.com/JuventudeNegraFemininaDeSantaMariaRs/?fref=ts>>

punitivas eficazes no combate à discriminação racial em todas as suas manifestações e, em especial, no mercado de trabalho; do combate sistemático aos estereótipos negativos veiculados sobre o negro nos meios de comunicação de massa, nos livros didáticos e etc. (RIBEIRO,2015 apud CARNEIRO E SANTOS, 1985, pág.52).

Dessa forma, podemos afirmar que o livro é uma ferramenta importantíssima para a valorização e o fortalecimento da cultura afro. Sendo que a escola é um lugar de construção além do conhecimento com a finalidade de uma sociedade mais igualitária.

2.2 Estatuto da Igualdade racial e as cotas

O Estatuto da Igualdade Racial²¹, Lei 12.288/2010, neste ano de 2015 completou vinte anos de vigência com o objetivo de equiparar os direitos e superar o racismo. Este projeto de Lei do senado proposto pelo Senador Paulo Paim, em defesa dos que sofrem preconceito ou discriminação em função de sua etnia, raça ou cor, entrou em vigor em 20 de outubro de 2010 e sofreu algumas modificações em 2015.No Art. 3º do estatuto informa que,

É dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia, raça ou cor da pele, o direito à participação na comunidade, especialmente nas atividades política, econômica, empresarial, educacional, cultural e esportiva, defendendo sua dignidade e seus valores religiosos e culturais. E, no § 1º do estatuto relata que os programas de ação afirmativa constituir-se-ão em imediatas iniciativas reparatórias, destinadas a iniciar a correção das distorções e desigualdades raciais derivadas da escravidão e demais práticas discriminatórias racialmente adotadas, na esfera pública e na esfera privada, durante o processo de formação social do Brasil e poderão utilizar-se da estipulação de cotas para a consecução de seus

²¹ A versão em *html* do arquivo se encontra disponível em: <<http://www.portaldaigualdade.gov.br/portal-antigo/Lei%2012.288%20-%20Estatuto%20da%20Igualdade%20Racial.pdf>>

objetivos (ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL, p. 8-9, 2010).

Na cartilha do Estatuto, as políticas públicas, e as ações afirmativas²² se fazem presente. Sabemos que ainda há um longo caminho a ser trilhado na educação para que este Estatuto seja de fato colocado em prática e respeitado. Veremos a seguir o trabalho desenvolvido em algumas Escolas de Santa Maria do estado do Rio Grande do Sul.

3. METODOLOGIA E INTERPRETAÇÃO: AS ESCOLAS E O TRABALHO COM A CULTURA AFRO

3.1 As Escolas Visitadas

O objetivo deste trabalho era fazer visitas em algumas escolas para observar como os alunos e professores trabalham a cultura afro através dos livros paradidáticos. Gostaria também de realizar entrevistas com os professores e com os alunos, mas devido às características de uso do livro, a entrevista em profundidade e as entrevistas com os alunos não aconteceram. Realizei algumas entrevistas com alguns professores, que assumiram o formato de conversas sobre o uso ou não do livro “Sociedade em Construção”, e o relato por parte deles de que tipo de livro usavam e que atividades desenvolviam em sala de aula.

Em relação às entrevistas com professores, estive em junho 2015 na escola de Ensino Fundamental e Médio, Gastão Cury. E fui recepcionada pela professora das humanas supervisora da escola, Medianeira, que me recebeu e me passou informações de pessoas que poderiam contribuir com o objetivo desta pesquisa.

²²o conjunto de medidas especiais voltadas a grupos discriminados e vitimados pela exclusão social ocorridos no passado ou no presente. O objetivo das ações afirmativas é eliminar as desigualdades e segregações, de forma que não se mantenham grupos elitizados e grupos marginalizados na sociedade, ou seja, busca-se uma composição diversificada onde não haja o predomínio de raças, etnias, religiões, gênero, etc. Disponível no site: <http://etnicoracial.mec.gov.br/acoes-afirmativas-cotas-prouni>. Existem muitas ações, dentre elas está a [Lei 10.639/03](#) e a [Lei 11.645/08](#). Além delas, podemos citar a [Lei de Cotas no Ensino Superior](#), a [Portaria Normativa Nº 18, de 11 de Outubro de 2012](#) o [DECRETO Nº 7.824, DE 11 DE OUTUBRO DE 2012](#) e o [Estatuto da Igualdade Racial](#).

A Professora Medianeira das Humanas informou que na escola há projetos e trabalhos realizados com o Tema “cultura afro”, e que ela como professora da área das humanas gosta muito do tema. Ela também indicou duas professoras que trabalharam e trabalham com esse tema e o livro *Sociedade em Construção*. Indicou então outra professora também da área de humanas, Silene, e a professora Magnólia.

Essas professoras, segundo a Medianeira, poderiam me auxiliar e contar um pouco sobre como esse material estava sendo aplicado dentro da sala de aula. E, também indicou professor Ludovico, que leciona no Gastão Cury e na escola Mauricio Ayala, pela qual tem um projeto chamado “fala Negritude”, juntamente com os alunos da UFSM. Fiquei de retornar na escola ainda no mês de junho, para levar uma carta de apresentação, lembrando que é de muita importância levar uma carta de apresentação numa escola que deseje fazer uma observação e entrevistar professores e alunos. A Professora Medianeira estava muito empenhada a contribuir com o projeto e queria muito ajudara contar um pouco sobre como é abordado esse assunto dentro da sala de aula já que ela é professora de História.

Primeiramente levei minha carta de apresentação como combinado na visita anterior. E a professora Medianeira me informou que o livro “*Sociedade em Construção*” é um livro paradidático, e não didático como eu pensava, porque serve como recurso extra para o uso em algumas disciplinas.

Posteriormente ela me encaminhou para o professor Astolfo das humanas do Ensino Médio, para me conceder uma pequena e breve entrevista. O professor desconhecia o livro, mas se propôs procurar nas estantes da biblioteca da escola. Segundo ele, não é preciso ler para abordar a cultura afro. Ele acredita que o que consta nos livros didáticos em geral já é suficiente, que não precisa se aprofundar num assunto só.

Compreende-se que o Professor tenha ficado um pouco na defensiva por desconhecer o livro, e afirmar que o livro didático é suficiente também pode refletir isso. Mas à medida que os livros paradidáticos sobre cultura afro sejam mais utilizados nas escolas, a tendência é que esta postura mude.

Passeando pela biblioteca da escola, verifiquei se tinha o livro *Sociedade em Construção* juntamente com professor. E encontrei apenas dois exemplares na prateleira e mais um outro livro que me chamou a atenção na

classificação de arte “Negritude, cinema e educação”, da autora Edileusa Penha de Souza.

Mais tarde conversei com outra professora de ensino médio chamada Silene. Segundo ela o certo seria que deveria ser estudado a cultura afro de acordo com a lei 10.639, mas isso não acontece, por que é difícil prender a atenção de alunos somente com livros. Porém ela disse que sempre procura trabalhar com o tema. E no ano passado ela trabalhou bastante com o pessoal do Pibid²³, até mesmo porque ela é professora supervisora do Pibid e este projeto tinha um objetivo de trabalhar com questão de gênero e raça durante todo o segundo semestre, a questão da mulher negra e do negro na sociedade.

Foram várias atividades realizadas com duas turmas de 3º ano, inclusive uma atividade na rádio da escola na semana da consciência negra que contava a história do Zumbi dos Palmares e curiosamente a história de Dandara, sua companheira, que somente agora vem sendo contada nos livros. E na rádio eram selecionadas músicas de cantores negros e cantoras negras, como Elza Soares, Emicida, Criolo, Os Racionais, Gilberto Gil, entre outros.

Esse trabalho realizado na escola, segundo a professora, foi apresentado no Educom²⁴ em Porto Alegre na PUC, foi bem elogiado e as pessoas gostaram muito. A professora Silene disse que esse tipo de trabalho é sequencial em parceria com o Pibid Questões de Raça. No segundo semestre e no próximo ano ela vai continuar dando sequência a esse projeto.

Ela disse que o aluno do turno da noite não tem livro didático que possa levar para casa. Na questão de livro, ela trabalha mais no geral e não com um específico tipo o paradidático ou o didático. Os livros que ela adota são da Editora Moderna e ela trabalha pouco com livro didático.

Pelo que eu percebi nesta escola e em outras, o uso de livros paradidáticos que abordam a cultura afro por parte de professores e alunos

²³O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID é um programa de incentivo e valorização do magistério e de aprimoramento do processo de formação de docentes para a educação básica, vinculado a Diretoria de Educação Básica Presencial – DEB – da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

²⁴O programa consiste em uma proposta pedagógica que utiliza as mídias a serviço da educação. Objetiva desenvolver habilidades comunicacionais voltadas para leitura, escrita, pesquisa e produção coletiva de produtos comunicacionais, estimular a produção de produtos midiáticos voltados à qualificação do processo de ensino aprendizagem bem como para o desenvolvimento do protagonismo juvenil. Site do Educom UFSM disponível em: <<http://w3.ufsm.br/educoumufsm/>>

ainda é de pouca utilidade. Pois desenvolvem atividades que envolvam assuntos sobre a negritude, durante determinados períodos do ano.

A professora fez referência a um livro didático da Editora FTD chamado “Por toda a Parte”, do ensino médio, volume único, dos autores: Solange Utaria, Daniela Líbano, Fábio Jardim e Pascoal Ferrari, que ela gosta de usar. É um livro, como já mencionado, de volume único, que aborda assuntos em geral e possui uma parte específica que fala sobre a cultura afro. Mas sobre o livro “Sociedade em construção”, ela o utilizou, levou os livros para uma outra escola e trabalhou com as personalidades apresentadas no livro, como por exemplo, Luísa Mahin que se tornou líder da Revolta dos Malês. Porém o conteúdo do livro deu-se por encerrado e não foram mais realizadas atividades com ele.

3.2 Entrevistas em profundidade e abertas

Duarte (2011) relata que a entrevista em profundidade é uma técnica dinâmica e flexível, útil para apreensão de uma realidade tanto para tratar de questões relacionadas ao íntimo do entrevistado, como para descrição de processos complexos nos quais está ou esteve envolvido. É uma pseudo conversa realizada a partir de um quadro conceitual previamente caracterizado, que guarda similaridade, mas também diferenças.

Por meio da entrevista em profundidade, é possível, por exemplo, entender como produtos de comunicação estão sendo percebidos por funcionários, explicar a produção da notícia em um veículo de comunicação, identificar as motivações para o uso de determinado serviço (DUARTE, 2011).

A entrevista em profundidade não permite testar hipóteses, dar tratamento estatístico às informações, definir a amplitude ou quantidade de um fenômeno. Não se busca, por exemplo, saber quantas ou qual a proporção de pessoas que identifica determinado atributo na empresa. Seu objetivo está relacionado ao fornecimento de elementos para a compreensão de uma situação ou estrutura de um problema (DUARTE,2011).

As entrevistas em profundidade, de acordo com Duarte (2011), são geralmente individuais, embora seja possível, por exemplo, entrevistar duas

fontes em conjunto. As entrevistas são classificadas com grande variedade de tipologias, geralmente caracterizadas como: abertas, semi abertas e fechadas, originárias, respectivamente de questões não estruturadas, semi estruturadas e estruturadas (DUARTE,2011). A entrevista em profundidade tem finalidade de ser objetiva e aprofundada no tema. Estas entrevistas são gravadas e posteriormente transcritas.

O tipo de entrevista realizada neste trabalho foi a entrevista aberta, ela é exploratória e flexível. Tendo como ponto de partida um tema de parâmetros de respostas. O aparelho utilizado para a gravação e o armazenamento das entrevistas desta pesquisa foi o gravador de voz do meu *smarthphone*. Nas entrevistas o entrevistado teve a oportunidade para sistematizar abertamente suas experiências, opiniões e suas percepções. As perguntas foram diretas e fundamentadas, e de certa forma desafiadoras, que oferecessem uma reflexão sobre o assunto.

Foram realizadas quatro entrevistas em quatro escolas de zonas diferentes da cidade de Santa Maria, escolas de ensino fundamental e médio. A entrevista com a professora da escola que relatou um pouco sobre o programa musical da rádio “fala negritude”, por exemplo, foi de grande contribuição para essa pesquisa em saber que existem outras formas de trabalhar a cultura afro além do livro paradidático. Já na secretaria de Educação de Santa Maria, primeiro lugar visitado e primeira entrevista realizada, onde houve gravação também via gravador de voz do meu *smarthphone*, com a integrante do GT da diversidade, a entrevista foi um pouco maior. Nesse caso, a entrevistada se sentiu à vontade para expressar e opinar sobre a lei curricular da cultura afro brasileira nas escolas e a distribuição do livro paradidático.

3.3 O LIVRO COMO FONTE DO SABER E SUA DETERMINADA IMPORTÂNCIA

O Livro é uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade e o crescimento intelectual da população. O Livro é uma espécie de vetor do conhecimento, uma fonte de saber que é disseminado e repassado de geração a geração e o acesso é permitindo associações e comparações a outras obras e até mesmo da vida cotidiana. Para Darton (2010) a história do livro não começou ontem, começou a sério no século XIX, quando o estudo do livro como objeto material levou a ascensão da bibliografia analítica na Inglaterra.

No Brasil o primeiro livro a ser publicado foi ‘Marília de Dirceu’ escrito em Portugal, pelo poeta luso-brasileiro Tomás Antônio Gonzaga. A impressão do terceiro volume da série aconteceu em 1812, nas oficinas da Imprensa Régia, de D. João VI, no Rio de Janeiro – RJ, passando pela censura do imperador²⁵. Darton (2010) relata em sua obra “A questão dos livros”, que qualquer que seja o futuro da história do livro, seu passado demonstra como uma área do conhecimento pode assumir uma identidade acadêmica distinta.

É muito importante buscar fontes que retratem a história do livro para que esta pesquisa se torne mais enriquecedora, para chegarmos em nosso objeto que é o livro paradigmático. Não podemos falar em educação sem falarmos em livros ou vice versa, pois Laguna (2001) em seu artigo descreve que ao falarmos de educação no Brasil, estaremos, simultaneamente, falando da história da leitura, uma vez que elas sempre estiveram associadas.

Segundo Jesus (2012) acreditamos que em todo o processo de “redemocratização” do Brasil o negro esteve presente buscando seu espaço na sociedade lutando contra o preconceito racial, aventando para as questões de que as mazelas sociais não possuem simplesmente sua gênese no aparelhamento político e econômico imbricando no social geral, pois os fatores simbólicos de construção de ideias e ideais são fundamentais para que a hierarquia e a alteridade se constituam. O professor pode desejar formar

²⁵ Fonte Rank Brasil. Disponível em:<http://www.rankbrasil.com.br/Recordes/Materias/06lo/Primeiro_Livro_Publicado_No_Brasil>

alunos/leitores, mas a realização de seus desejos fica sempre aquém do esperado (LAGUNA, 2001).

3.4 Algumas Interpretações

O grande objetivo deste trabalho de conclusão de curso seria analisar o conteúdo apresentado nos livros didáticos distribuídos pelo MEC, juntamente com a secretaria de educação da região de Santa Maria. Verificar se esse material está sendo utilizado dentro da sala de aula, e, se há repercussão, se há interesse dos alunos pelo material.

A implementação desta temática nas escolas é um processo que deve ser sequencial e determinado por gestores das escolas para ser trabalhado de forma mais ampla. O professor tem que colher a oportunidade para desenvolver o tema transversal. Jesus (2012) relata em seu artigo que no ano de 2008, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) disponibilizou uma gama de livros sobre a temática racial para distribuição em escolas da rede pública de ensino, tanto nas redes municipais e estaduais. As primeiras trabalham na maioria das vezes com a educação básica em nível fundamental e as segundas majoritariamente com o ensino médio.

Segundo a entrevistada da 8^a Coordenadoria Regional da Educação, até 2010 a Secretaria de Educação de Santa Maria -RS não tinha um material sobre cultura afro brasileira que pudesse ser trabalhado dentro sala de aula e então foi implementada a lei. Daí então o material foi sendo elaborado pelo MEC e quando chegaram esses livros até as escolas, já havia uma caminhada realizada anteriormente por esses professores que já estavam trabalhando através de outros livros com alunos, com materiais que não era distribuídos pelo governo.

Ainda Jesus (2012) relata em seu artigo que pensar na distribuição desses livros e materiais, didáticos e paradidáticos, contempla a necessidade aventada pela lei, pois amiúde, seria vago demais afirmar que a lei n. 10.639/03 estaria dando conta do seu propósito em todos os livros editados após sua promulgação. Os professores necessitam que o aluno tenha acesso

ao livro didático ou paradidático para que o trabalho dentro da sala de aula seja rentável.

A funcionária entrevistada da 8ª Coordenadoria Regional de Santa Maria RS confirmou essa informação levantada pelo autor, relatando que percebeu que as vezes os professores dentro da sala de aula necessitam que os alunos também tenham o livro, e não só eles, e então, a partir do momento em que começaram a perceber isso, ambos, tanto alunos quanto professores, vinham até a secretaria para pegar o livro.

Os registros de como estão sendo trabalhados os livros todos os anos com essa temática estão sendo arquivados, e pela nossa própria análise em capítulo anterior deste trabalho, podemos perceber que a imagem do negro e como sua cultura vem sendo trabalhada evoluiu de uma maneira incrível. Jesus (2012) relata que as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Estudo de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana foi formulada para que todos os cidadãos brasileiros possam gozar de uma educação que contemple as variadas formas de se conceber o surgimento da nação no que concernem aos aportes culturais existentes nos povos fundadores da nação.

A Professora Silene, da escola Gastão Cury, supervisora do Pibid, relatou em nossa entrevista que em relação a lei 10.639 ela é positiva, gosta de trabalhar, mas relata que trabalha de outras maneiras, não apenas trabalha sobre o tema com os livros. Sendo que a disciplina de história a qual ela leciona é uma disciplina que há uma grande exigência em ser trabalhada a lei. Todas as outras disciplinas do currículo escolar, não só a de história, deveriam trabalhar a lei, não apenas com os livros, mas de sua maneira. Mas, infelizmente isso não acontece. Percebemos que essa professora de história foi uma das únicas que relatou que acha tranquilo trabalhar sobre o tema e que gosta de trabalhar com.

A grande maioria dos professores trabalham com a cultura afro somente na semana da consciência negra, com algumas exceção como é o caso da professora Silene da escola Gastão Cury que vem trabalhando o ano letivo inteiro para que os alunos possam mentalizar a temática criando raízes e se familiarizando mais com Lei 10.639 para que seja melhor trabalhada dentro da sala de aula.

É certo explicar que a lei n. 10.639/03 foi promulgada no intuito de valorizar o ensino de história e cultura negra nos conteúdos e currículos das redes de ensino público e privado do país, mas não descarta a possibilidade de articulação com a valorização das lutas históricas do povo negro em âmbito nacional e os desdobramentos sociais provindos dessas reivindicações (JESUS, 2012).

A proposta de ir até as escolas foi cumprida e o que pode constatar é que as escolas tem trabalhado de outras formas e com outros livros diferentes com o tema cultura afro. A Lei está sendo cumprida de outra forma pelos educadores, sendo que alguns entrevistados desconhecem ou nem sabem da Lei 10.639/03 e o sentido desta legislação. A explicação de um dos professores foi que não tem como ser lei algo que não tem como ser passado dentro da sala de aula, sem treinamento e sem capacitação dos professores para que a lei seja cumprida.

Segundo Laguna (2001), há necessidade de mudança no quadro educacional brasileiro, para que o país possa se expandir e que a educação continua sendo vista como um problema técnico o professor está responsabilizado pelo fracasso escolar de seus alunos e seu mau preparo chama atenção, pois, certamente, gera a impossibilidade de executar de forma satisfatória os currículos, ainda que planejados fora da realidade do país.

O que se pode constatar é que em algumas escolas a falta de informação é tanta que a lei é trabalhada apenas no dia da consciência negra e depois esquecida, como aconteceu com a história do negro, o que chamamos de invisibilidade histórica. É uma das grandes preocupações dos movimentos negros entender porque a lei está sendo esquecida e sendo praticada somente na semana da consciência negra e porque é tratada como se não existisse em alguns casos.

É preocupante, porque a população se autodeclara de origem europeia, mas a maioria dos habitantes brasileiros são negros ou pardos, e com as cotas isso mudou um pouco, tem aumentado a parcela que se autodeclara negro ou pardo dentro da universidade. Há muitas discussões sobre a democracia racial, mas não está acontecendo isso porque se é através do conhecimento e da educação que se aprende a respeitar o ser humano independente de sua etnia ou classe social.

Quatro escolas foram escolhidas para fazer essa pesquisa, três no centro da cidade e uma no bairro da cidade. No Centro da cidade, a primeira escola visitada não tinha interesse e desconhecia a lei, e ainda a professora da escola com a qual conversei nem ao menos acreditava que tinha uma lei de cultura afro. Ela criticou a lei, afirmando que obrigatoriedade é uma palavra muito forte e ofensiva.

A segunda se interessou muito pelo assunto mas acreditou que seria feita uma atividade com alunos de dança afro na escola para a semana da consciência negra. A maioria das escolas trabalham com essa temática no mês de novembro devido ao dia 20 de novembro em que se comemora o dia da consciência negra.

A terceira escola tinha conhecimento da lei 10.639/03, mas sua colocação foi que não tinha professores que soubessem dar a disciplina, no caso não tinham qualificação e os livros paradidáticos “Sociedade em Construção” que haviam sido fornecidos pela secretaria de educação de Santa Maria RS, foram distribuídos como cartilhas para os alunos da escola, não restando nenhum na biblioteca como referência.

A quarta escola tinha conhecimento da lei e a professora entrevistada estava consciente sobre a lei e trabalhava de forma diferente com os alunos, através de um programa na rádio da escola chamado “fala negritude”, onde somente cantores negros faziam parte da programação. Segundo a professora os livros fornecidos pela Secretaria de Educação foram migrados para outra escola e foram trabalhados com alunos de 8ª série do ensino fundamental no ano de 2013.

Percebe-se que é necessário um trabalho maior nas Escolas, anterior ao trabalho com os livros que abordem a cultura afro: um trabalho que estimule o uso do livro em geral e o incentivo ao gosto pela leitura por parte dos alunos.

Com essas informações coletadas se confirma que a Lei 10.639/03 sancionada pelo ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva ainda em 2003, com a temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, não está sendo aplicada totalmente e algumas escolas da cidade de Santa Maria, no Rio Grande de Sul, e acredito que em outras partes do Brasil também não. Segundo as informações colhidas nesta pesquisa, isso prova que mesmo tendo sido uma lei, não foi suficiente para que seja trabalhado esse tipo de conteúdo no ensino escolar. Ainda há um

longo caminho a percorrer para que a cultura afro seja mais conhecida e valorizada nas escolas em geral.

Jesus (2012) relata que podemos dizer que em todo o documento está expresso que a lei n. 10.639/03 fora a mola propulsora para atender a população afro-brasileira no anseio de ter sua história reconstruída (nos livros didáticos e bancos escolares) e valorizada, destituída dos estereótipos do passado, que causam nefastos efeitos psicológicos a população negra, que incorpora os arquétipos expressos em materiais didáticos e no próprio fazer educativo, o que objetivamente, impede, ainda hoje, a ascensão social do negro. Portanto, a lei foi um avanço nas discussões do movimento negro, constituindo em uma grande vitória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização deste trabalho foram várias as anotações em meu bloco de notas e minha agenda. Eu não poderia imaginar o quanto este estudo seria valioso para mim. Posso resumir toda essa experiência em duas palavras: “Conhecimento” e “Ideias”. Conhecer a mim mesma e meus limites, conhecer que todo conhecimento que obtive durante esses anos de minha vida através de livros e momentos seja com a família, colegas, amigos, pessoas, enfim, eram valiosos. Conhecer escolas de Santa Maria - RS me fez refletir melhor sobre a educação e a juventude negra.

Acredito que este trabalho possa contribuir e dar a “Ideia” de ser trabalhada cada vez mais a Lei 10.639/03 para que jovens negros valorizem cada vez mais sua identidade. Por que passei a valorizar essa identidade negra conhecendo na Universidade de Santa Maria coletivos e movimentos negros que abordam essa proposta de democracia racial. E acredito que tudo começa dentro da escola, se na época que eu estudava no ensino fundamental e médio tivesse a Lei talvez pudesse ser tudo diferente e eu tivesse entrado para a universidade mais cedo e teria feito amizades no curso.

Mas como já havia dito a funcionária da 8ª coordenadoria regional de Santa Maria - RS e a professora supervisora do Pibib, a temática tem que ser trabalhada sequencialmente não apenas na semana da consciência negra. Para que os alunos se familiarizem com o assunto e assim enraizando a cultura afro aos poucos. Seja na aula de português trazendo a realidade e a informação de que Machado de Assis era negro ou em outra disciplina que possa ser utilizada a Lei 10.639/03.

Percebi que não havia trabalhos específicos sobre o tema “Cultura afro brasileira nos livros paradidáticos”. Daí então me baseei em temas parecidos, para que eu pudesse ter uma noção de como encaminhar o desfecho deste trabalho.

O objeto de estudo Livro Paradidático “Sociedade em Construção” não é muito utilizado pelo professores, pois preferem outras formas para poder conduzir suas aulas, como por exemplo o caso da professora da escola Gastão Cury que, em vez do livro ela juntamente com os alunos elabora uma

programação de rádio na escola para abordar a cultura afro, projeto que segundo ela é sequencial durante o ano letivo.

Segundo Jesus (2012) os livros didáticos dialogam extensamente com a sociedade, realidade observável quando refletimos acerca das irradiações de verdades e falsidades expressas nos mais diversos veículos de comunicação da sociedade, moldando o cotidiano e o imaginário social, alcançando até mesmo aqueles que não passaram pelo processo de educação formal, a escola.

Durante essa pesquisa pude concluir que a Lei precisa ser trabalhada mais dentro da sala de aula, não somente no dia da consciência negra. Segundo o professor Ludovico de Gastão Cury, os professores não estão capacitados para lecionar sobre a cultura afro. Ele acredita que para essa temática deve haver um professor capacitado para lidar com esse tipo de assunto.

Pelo que eu percebi nesta escola e em outras, o uso de livros paradidáticos que abordam a cultura afro por parte de professores e alunos ainda é de pouca utilidade. Percebe-se que é necessário um trabalho maior nas Escolas, anterior ao trabalho com os livros que abordem a cultura afro: um trabalho que estimule o uso do livro ou de outros que abordem a cultura afro em geral e o incentivo ao gosto pela leitura por parte dos alunos.

E como já havia dito anteriormente que com essas informações coletadas se confirma que a Lei 10.639/03 sancionada pelo ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva ainda em 2003, com a temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, não está sendo aplicada totalmente e algumas escolas da cidade de Santa Maria, no Rio Grande de Sul, e acredito que em outras partes do Brasil também não. Segundo as informações colhidas nesta pesquisa, isso prova que mesmo tendo sido criada uma lei, não foi suficiente para que seja trabalhado esse tipo de conteúdo no ensino escolar. Ainda há um longo caminho a percorrer para que a cultura afro seja mais conhecida e valorizada nas escolas em geral.

REFERÊNCIAS

ALGARVES, Valéria Aparecida. **Cultura negra na sala de aula: pode um cantinho de africanidades elevar a autoestima de crianças negras e melhorar o relacionamento entre crianças negras e brancas.** 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação Metodologia do Ensino da Universidade Federal de São Carlos, UFSCAR, São Carlos, 2004.

BAPTISTA, Karina cunha. **O Diálogo dos Tempos: Memória da escravidão, história e identidade racial entre os afro-brasileiros.** Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação História da Universidade Federal Fluminense. NITERÓI, 2002

BARTH, F. **Grupos Étnicos e suas fronteiras.** In: POUTIGNAT, P. Teorias da etnicidade. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth, Philippe Poutignat, JocelyneStreiff-Fenard. Tradução de Élcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998.

BRITTO, Tatiana Feitosa de. **O Livro Didático, o Mercado Editorial e os Sistemas de Ensino Apostilados.** Centro de estudos da consultoriado senado. Textos para discussão. JUN/2011.

CASSIANO, CeliaCristinade Figueiredo. **O Mercado do livro didático no Brasil: da criação do programa nacional do livro didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985- 2007).** Tese de Doutorado, PUCSP, 2007.

DARTON, Robert. **A questão dos livros: passado, presente e futuro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DE JESUS, Fernando Santos. **O Negro no livro didático de história do ensino médio e a Lei 10.639/03.** História & Ensino, Londrina, v. 18, n. 1, p. 141-171, jan./jun. 2012

DA SILVA, Nelson Fernando Inocêncio. **Culturas e Imaginário: Um ponto de vista negro.** Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2014.

DOEBBER, Michele Barcelos. **Do ideário do branqueamento ao reconhecimento da negritude: biopolítica, educação e a questão racial no Brasil.** In: Valentim, Silvani S.; Pinho, Vilma A.; Gomes, Nilma L. (orgs.). Relações étnico-raciais, educação e produção do conhecimento: 10 anos do GT 21 da ANPED. Belo Horizonte: Nandyala, 2012, págs. 133-149.

DOMINGUINI, Lucas. **Fatores que evidenciam a Necessidade de debates sobre o livro didático.** Artigo do V CINFE Congresso internacional de filosofia e educação. Maio de 2010.

DUARTE, Jorge. BARROS, André. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em comunicação.** São Paulo: Atlas. 2ª Edição, 2011

FRANÇA, Vera (org.) **Imagens do Brasil**: modos de ver, modos de conviver. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

FREITAS, Neli Klix; RODRIGUES, Melissa Haag. O livro didático ao longo do tempo: a forma do conteúdo. 2008. Disponível em: <http://www.ceart.udesc.br/revista_dapesquisa/volume3/numero1/plasticas/melissa-neli.pdf> Acesso em: 12 jan. 2009.

FURTADO, Andréa Garcia. GAGNO, Roberta Scrocaro. **Políticas do livro didático e o mercado Editorial**. Artigo do IX congresso de Nacional de Educação – EDUCERE III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. PUCPR, 2009.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre as relações raciais no Brasil**: uma breve discussão. In: BRASIL. Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

LAGUNA, Alzira Guiomar Jerez. **A contribuição do livro paradidático na formação do aluno-leitor**. Augusto Guzzo Revista Acadêmica, n.2 ano. 2001.

LEITE, Ilka Boaventura (org.) **Negros no Sul do Brasil - invisibilidade e territorialidade**. Ilha de Santa Catarina (Florianópolis), SC: Letras Contemporâneas, 1996. (org.) **Negros no Sul do Brasil - invisibilidade e territorialidade**. Ilha de Santa Catarina (Florianópolis), SC: Letras Contemporâneas, 1996.

MARTINS, Eduardo. SILVA, H. F. P. **As Imagens do negro no livro didático de história**. Revista Pitágoras, Nova Andradina/MS, v. 1, n. 1 ago/dez 2011.

OLIVEN, Ruben. **A invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul**. In: Leite, I. B. (org.) **Negros no Sul do Brasil - invisibilidade e territorialidade**. Ilha de Santa Catarina (Florianópolis), SC: Letras Contemporâneas, 1996, págs. 13 a 32.

RIBEIRO, Matilde. **Políticas de promoção da igualdade racial no Brasil (1986- 2010)**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

SANTOS, Milton santos. **Ser Negro no Brasil Hoje**. Artigo disponível em: <<http://inculturacao.salesianos.br/wp-content/uploads/2012/08/Ser-negro-no-Brasil- hoje-Milton-Santos-materia-da-Folha-de-S-Paulo.pdf>>

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do Espelho**: Uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis: Vozes. 7ª Edição, 2012.

SOUZA, Marlon Antônio Pereirade. **Um olhar sobre os paradidáticos** : Questões relevantes na escolha dos livros. 2012. Artigo disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/um-olhar-sobre-os-paradidaticos-questoes-relevantes-na-escolha-dos-livros/95929/#ixzz3pDcvhpVt>>.

VAZ, Paulo Bernardo F.; MENDONÇA, Ricardo Fabrino; ALMEIDA, Sílvia Capanema Pereira de. Quem é quem nessa história: iconografia do livro didático. In: FRANÇA, Vera (org.) **Imagens do Brasil**: modos de ver, modos de conviver. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

WEINER, Rodrigo de Azevedo. **Africanos e afro-brasileiros**: escravidão e pós-abolição no Rio Grande do Sul. Artigo disponível em: <http://www.eeh2014.anpuh-rs.org.br/simposio/view?ID_SIMPOSIO=1730>

ANEXO A

Sumário

CAPÍTULO 1
O CONTINENTE AFRICANO

CAPÍTULO 2
A HISTÓRIA DA ÁFRICA E DOS AFRICANOS

- O reino de Axum.....
- O povo berbere
- Os bantos
- Os soninkés e o Império de Gana
- Os reinos núbios.....

CAPÍTULO 3
O CONTATO ENTRE O EUROPEU E O AFRICANO –
A CHEGADA DOS NEGROS AO BRASIL.....

- O café e a escravidão

CAPÍTULO 4
ESCRavidÃO NO BRASIL: FORMAS E TIPOS DIVERSOS

CAPÍTULO 5
A LUTA DOS NEGROS NO BRASIL, UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA

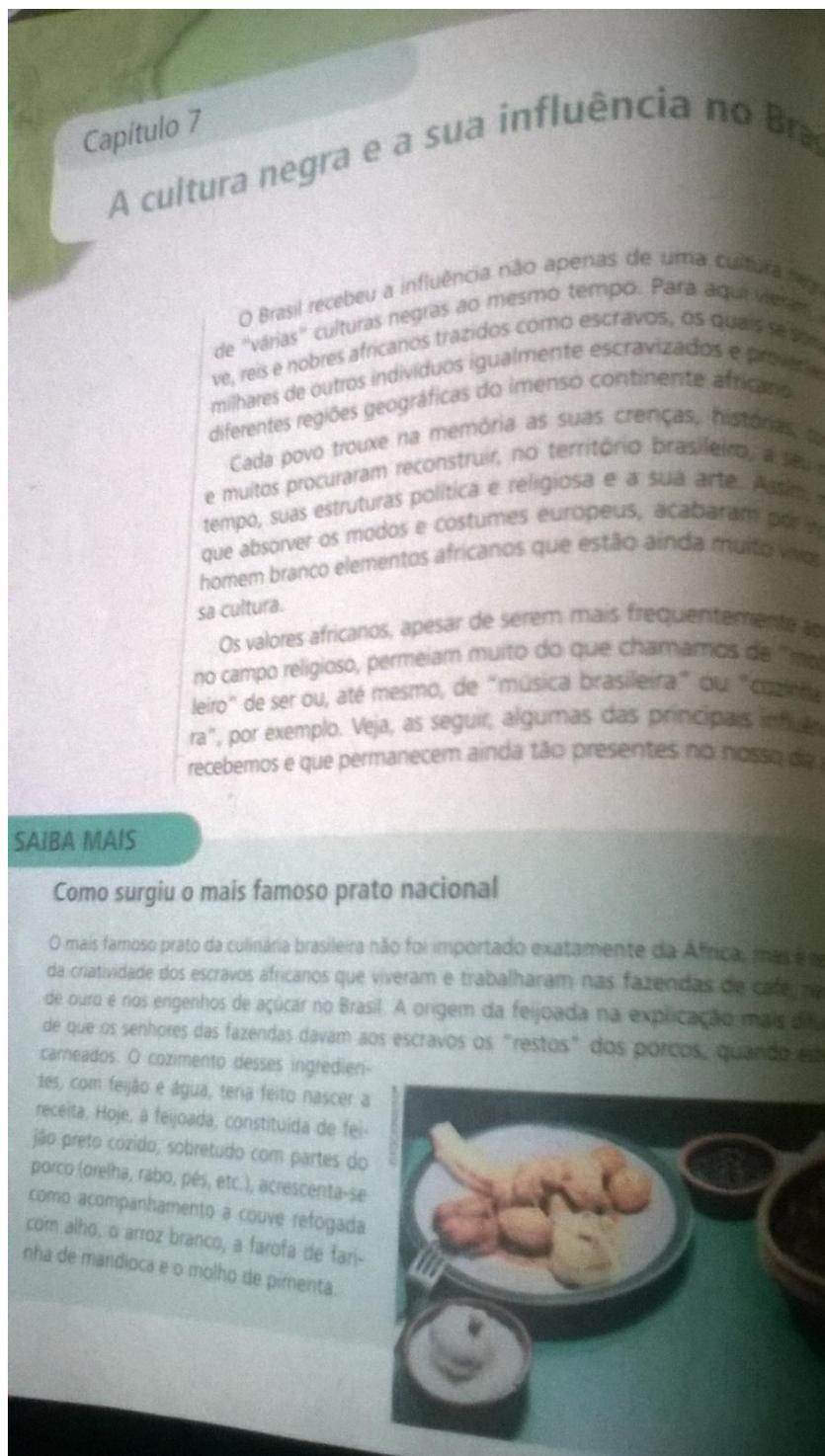
- O quilombo dos Palmares.....
- A Cabanagem.....
- A Balaiada.....
- Revolta de Felipe dos Santos
- Conjuração Baiana ou Revolta dos Alfaiates
- A Revolta dos Malês.....
- A Revolta da Chibata

Livro Sociedade em construção Sumário parte I

ANEXO B

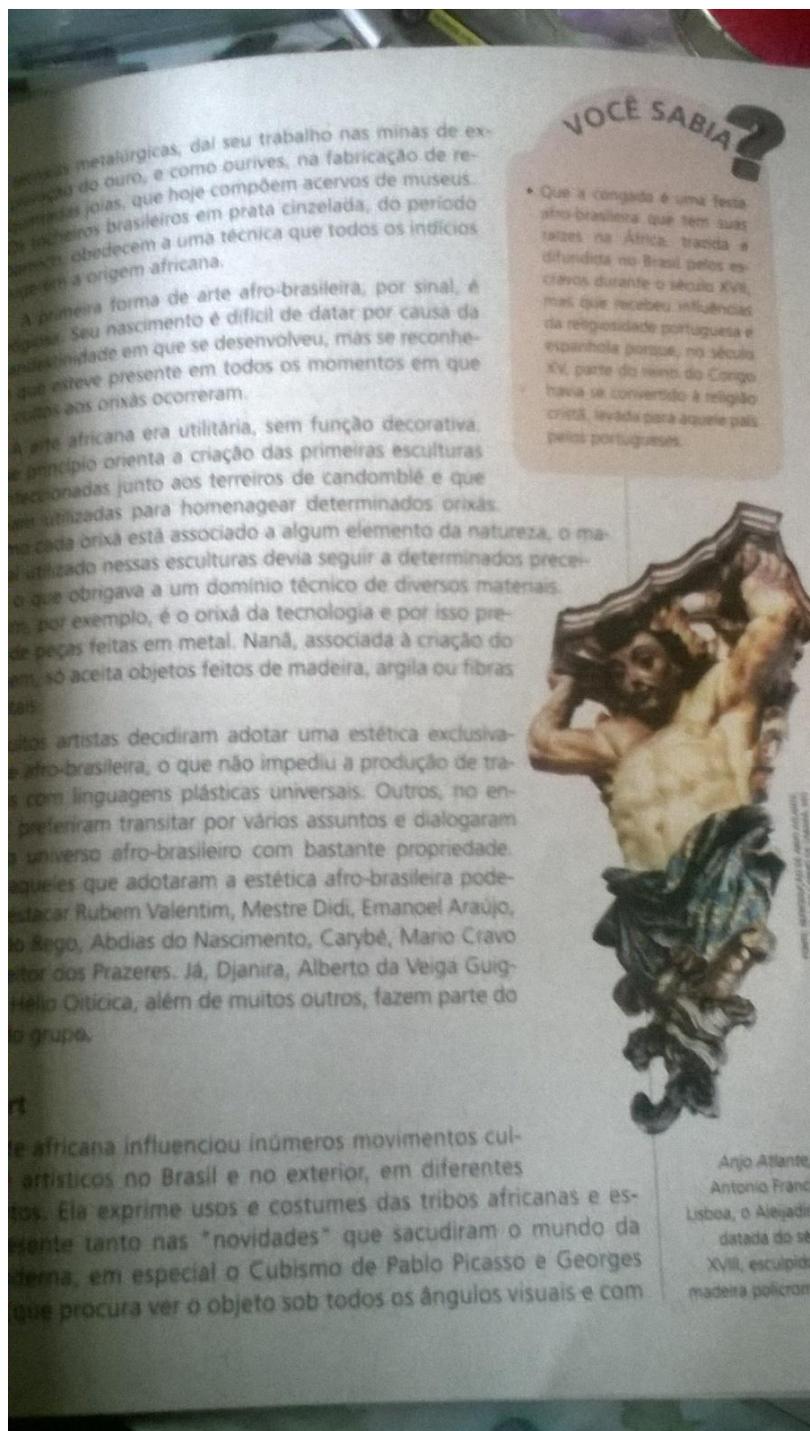
CAPÍTULO 6	ABOLICIONISMO, A LUTA PELA LIBERDADE
CAPÍTULO 7	A CULTURA NEGRA E A SUA INFLUÊNCIA NO BRASIL
	- Alimentação.....
	- Manifestações artísticas.....
	- Música.....
	- Dança.....
	- Religião.....
CAPÍTULO 8	O NEGRO NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE NACIONAL
	Grandes personagens afrodescendentes
	- Aleijadinho
	- André Rebouças
	- Artur Timóteo da Costa
	- Carolina Maria de Jesus
	- Clóvis Moura.....
	- Gilberto Gil
	- Grande Otelo
	- João Cândido.....
	- João da Cruz.....
	- Juliano Moreira
	- Lima Barreto
	- Luisa Mahin
	- Luis Gama
	- Machado de Assis
	- Milton Nascimento
	- Milton Santos
	- Pacífico Licutã
	- Pixinguinha
	- Solano Trindade
	- Theodoro Sampaio.....
	- Valentim da Fonseca
	- Zumbi dos Palmares
REFERÊNCIAS

ANEXO C



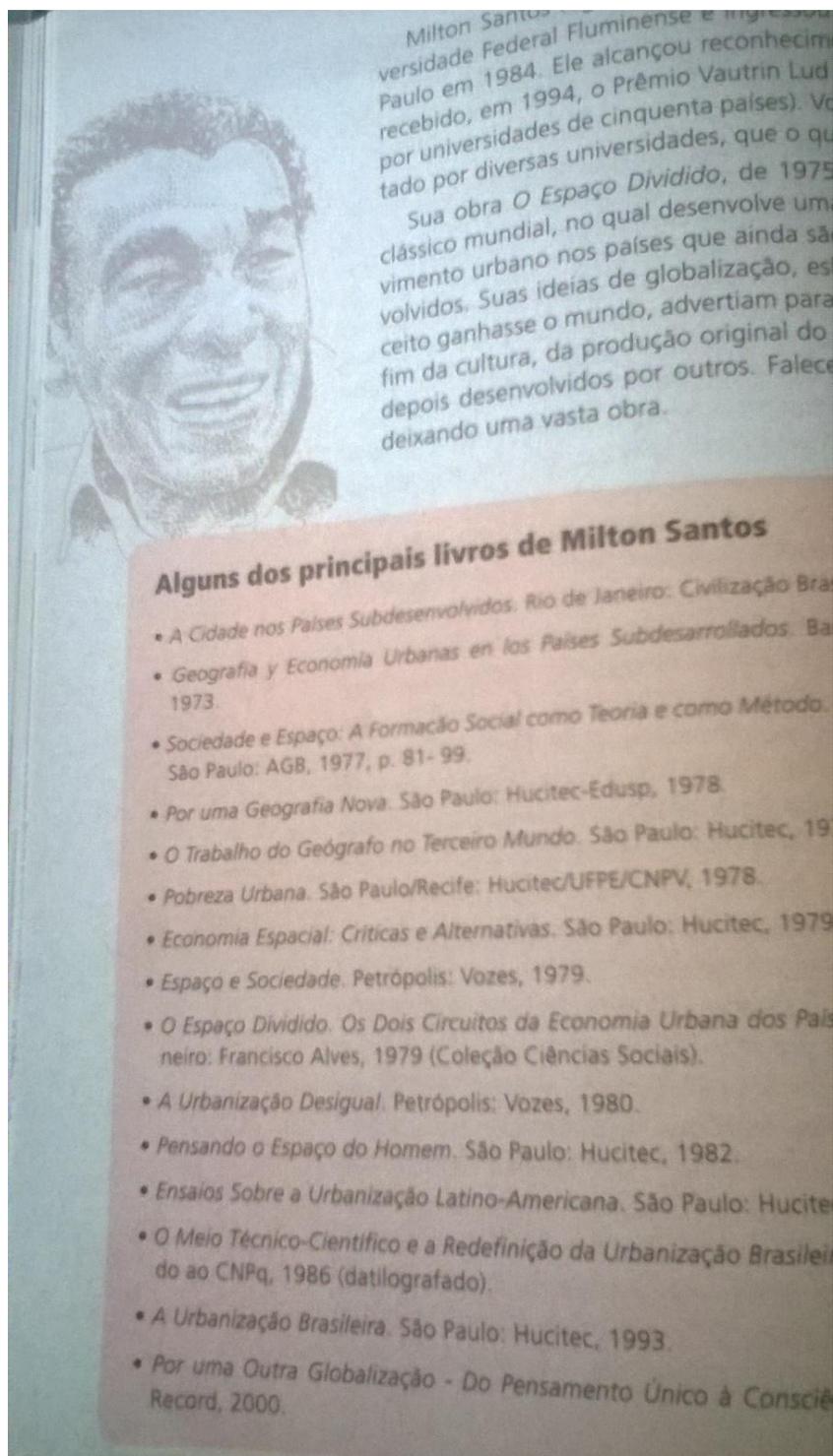
A Cultura negra e sua influência no Brasil pág. 76

ANEXO D



Manifestações artísticas pág. 79

ANEXO E



ANEXO F

														
QUADRO GERAL DE COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS (CRQs)														
Nº	UF	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Nº CRQs
1	ACRE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-		0
2	ALAGOAS	0	11	8	3	1	27	14	1	0	0	1	1	67
3	AMAZONAS	0	0	1	0	0	0	0	0	0	4	2		7
4	AMAPÁ	0	4	7	0	0	2	10	3	0	7	-		33
5	BAHIA	28	59	117	27	34	21	50	96	9	129	46	22	638
6	CEARÁ	2	4	7	2	1	3	7	5	7	4	3		45
7	DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-		0
8	ESPIRITO SANTO	5	6	20	0	0	0	2	0	1	0	-		34
9	GOIÁS	1	3	9	3	3	3	1	0	0	3	4		30
10	MARANHÃO	82	42	24	28	42	6	56	53	47	75	35	2	492
11	MINAS GERAIS	9	29	40	11	15	7	27	22	31	24	11		226
12	MATO GROSSO DO SUL	0	11	2	2	1	0	1	3	1	1	-		22
13	MATO GROSSO	0	56	0	5	0	1	2	1	0	1	1		67
14	PARÁ	19	8	34	17	0	0	10	6	14	102	12	5	227
15	PARAÍBA	1	7	14	1	5	3	2	3	0	1	-		37
16	PERNAMBUCO	5	45	10	22	11	3	6	10	2	4	12	1	131
17	PIAUI	2	7	23	2	0	5	8	1	22	1	10	1	82
18	PARANÁ	0	7	25	4	0	0	0	0	0	1	-		37
19	RIO DE JANEIRO	3	5	6	1	2	2	2	5	1	2	3		32
20	RIO GRANDE DO NORTE	2	2	6	5	0	2	4	0	0	1	-		22
21	RONDÔNIA	1	2	3	1	0	0	0	0	0	-	-		7
22	RORÁIMA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-		0
23	RIO GRANDE DO SUL	9	5	13	9	7	7	33	2	5	5	12		107
24	SANTA CATARINA	3	0	1	2	0	3	2	0	0	1	1		13
25	SERGIPE	2	4	8	1	0	0	0	7	3	2	2		29
26	SÃO PAULO	1	15	15	10	6	0	0	1	1	1	1		51
27	TOCANTINS	1	1	13	0	1	5	8	0	0	0	8	1	38
TOTAL POR ANO:		176	333	406	156	129	100	245	219	144	369	164	33	2474
INFORMAÇÕES ATUALIZADAS ATÉ 23/02/2015														

Fonte : www.palmares.gov.br

ANEXOS G

Conheça alguns dos principais trechos do Estatuto da Igualdade Racial

Saúde	Serão elaboradas políticas universais, sociais e econômicas destinadas à redução do risco de doenças
Educação	O estudo da história africana e da população negra no Brasil é obrigatório em estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados
Cultura	Serão reconhecidos como patrimônio histórico e cultural os clubes, as sociedades negras e outras formas de manifestação coletiva, com trajetória histórica comprovada
Capoeira	A capoeira será reconhecida, em todas as suas modalidades, como bem de natureza imaterial e de formação da identidade cultural
Liberdade Religiosa	O estatuto garantirá o livre exercício de cultos religiosos e a proteção aos locais de manifestação de matrizes africanas. Será assegurada ainda assistência religiosa para os que cumprem medida privativa de liberdade.
Trabalho	Será garantida a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho para a população negra, com medidas que incentivem a igualdade nas contratações do setor público e de empresas e organizações privadas
Comunicação	A participação de atores, figurantes e técnicos negros será incentivada em filmes e programas de TV, sendo proibida qualquer discriminação política, ideológica, étnica ou artística

Fonte: Estatuto da Igualdade Racial - Lei 12.288, de 20 de julho de 2010

Fonte : www.ebc.com.br

APÊNDICE 1 – Carta de apresentação



Ministério da Educação
Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Curso de Comunicação Social – Produção Editorial



Santa Maria, junho de 2015

Prezada Supervisora,

Venho por meio deste apresentar a acadêmica **TANIA SANTOS AVILA** à Escola Augusto Ruschi. A estudante encontra-se regularmente matriculada no curso de Produção Editorial da Universidade Federal de Santa Maria e na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso I. A referida disciplina objetiva que os alunos desenvolvam um projeto de pesquisa em uma área específica da Produção Editorial ou na área da Comunicação.

Com esse intuito, a aluna Tania pretende realizar um estudo sobre Livro didático , para descobrir a relevância que o livro tem sobre a cultura afro e como isso vem sendo trabalhado dentro da sala de aula juntamente com os alunos do Ensino médio na Escola. A partir desse entendimento, gostaria de solicitar a vossa compreensão e colaboração no sentido de oportunizar a acadêmica a realização de um trabalho que envolve observação de campo e pesquisas abertas e em profundidade com os alunos. Me encontro a disposição para esclarecer qualquer dúvida acerca da proposta aqui apresentada.

Atenciosamente,

Sandra Rubia da Silva

Docente do Departamento de Ciências da Comunicação
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

